

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADE
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

*As duas faces do processo de Inclusão:
Um olhar para a rede pública de ensino do
município de
São Gonçalo*

Gabriella de Andrade Silva

São Gonçalo
2009

Gabriella de Andrade Silva

As duas faces do processo de Inclusão:
**Um olhar para a rede pública de
ensino do município de
São Gonçalo**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título Graduada, ao programa de Graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Monique Franco

São Gonçalo
2009
Gabriella de Andrade Silva

Inclusão: “As duas faces desse processo”
**Um olhar para a rede pública de educação do município de
São Gonçalo**

Monografia de conclusão de Curso de
Pedagogia da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Licenciado.

Aprovada em _____

Monique Mendes Franco (Orientadora)
Departamento de Educação da UERJ FFP

(Parecerista)
Departamento de Educação da UERJ FFP

São Gonçalo
2009

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho com imensa alegria à minha família que
com incentivo esteve presente neste momento
especial da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao grande e eterno Deus por ter me concedido produzir este trabalho.

Aos meus pais Sérgio e Nadia pelo o amor e a força que me proporcionaram neste desafio.

À minha irmã Taynara pelo carinho e companheirismo.

Ao meu noivo Fagner que esteve presente com amor e paciência nesta etapa da minha vida.

Aos meus avós Hélio e Nadir que também contribuíram para que isto ocorresse.

Aos que lançaram palavras de incentivo e apoio durante a elaboração desse trabalho.

À minha orientadora professora Monique Franco pela confiança e atenção.

A todos os professores que fizeram parte e colaboraram de forma significativa na construção dos conhecimentos adquiridos durante esses quatro anos.

Às colegas de turma que me ajudaram e participaram da minha formação.

Discutir e propor alternativas para a consolidação de uma escola inclusiva é direito e dever de todos os que acreditam que a escola é o local privilegiado, e muitas das vezes único, onde, de fato os sujeitos de sua própria educação, quaisquer que sejam suas limitações, podem fazer a experiência fundamental, e absolutamente necessária, da cidadania, em toda a sua plenitude.

Maria Sartoretto, 2006.

RESUMO

O presente trabalho monográfico se propôs a trazer questões referentes ao processo de inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas regulares, partindo de um breve panorama histórico e político que aborda questões que envolvem o processo de inclusão e os fatores envolvidos. Esse tema vem sendo bastante abordado nas discussões em prol de uma sociedade inclusiva, e para isso se faz necessário que a escola esteja aberta á diversidade, mas quando nos deparamos com diversos problemas que enfrenta a educação brasileira, percebemos que incluir não é uma tarefa fácil quanto se trata de mudanças importantes que demandando tempo, investimentos e até mesmo mudanças culturais da sociedade onde estamos inseridos. Para essa discussão são utilizados autores como Glat, Pletsch e Fontes (2007), Corrêa (2005), Franco (2000) e Aranha (2004)).Numa tentativa de relacionar a teoria e as práticas escolares num movimento de reflexão, se faz uso de um estudo de caso na rede pública de ensino do Município de São Gonçalo, onde são realizadas observações em sala de aula, entrevistas com profissionais atuantes no processo de inclusão e uma análise das condições de estrutura física e recursos humanos das escolas estudadas. Essas experiências nos levam a pensar melhor em como está sendo proposto o processo de inclusão em nossas escolas e como pensar numa educação que inclua a todos, que garanta o acesso, a permanência e a qualidade.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Reflexão. Prática.

SUMÁRIO

CAP. 1- INTRODUÇÃO

INCLUSÃO ESCOLAR: UM TEMA QUE PROPÕE REFLEXÕES.....9

CAP. 2-A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PROPOSTA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO....14

2.1- **Breve história dos Portadores de Necessidades Especiais.....**
14

2.2- **Princípios da Educação Inclusiva..... 16**

2.2.1-Declaração Universal dos Direitos Humanos.....19

2.2.2-Declaração de Salamanca..... 20

2.2.3-Leis de Diretrizes e Bases (LDB)..... 21

2.2.4-Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)..... 23

2.2.5-Temas Transversais..... 24

2.3-A **proposta de incluso em São Gonçalo..... 26**

CAP. 3- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO.....	29
3.1-Processo de inclusão e seus fatores envolvidos.....	31
3.1.2-Projeto	Político
Pedagógico.....	32
3.1.3-Estrutura física e recursos humanos.....	35
3.2-Como está sendo realizada a inclusão no Município de São Gonçalo.....	36
3.2.1-Jardim de Infância Menino Jesus.....	39
3.2.2- CIEP 237(Jornalista Wladimir Malheiros).....	43
3.2.3- CIEP 236 (Profº Dejair Cabral Malheiros).....	45
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 49
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 52
 ANEXO A	 55

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

INCLUSÃO ESCOLAR: UM TEMA QUE PROPÕE REFLEXÕES

Incluir não significa simplesmente colocar o estudante junto com os outros ditos normais, mas estruturar o sistema educacional para que as crianças especiais sejam atendidas nas suas especificidades e peculiaridades.

Gotti

Este presente trabalho da área de educação especial que em síntese se coloca em: “Como acontece o processo de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na teoria e na prática”, busca esclarecer possíveis problemas envolvidos no processo de inclusão associados a diversos fatores que compõe essa política. O seu foco central é na organização do projeto político pedagógico das Escolas da Rede Pública de São Gonçalo e a prática cotidiana escolar com relação á inclusão. Investiga e faz reflexões a partir de questões tais como estrutura física, recursos humanos, corpo docente e discente que compõem as instituições estudadas e outros aspectos que surgem no decorrer da pesquisa podendo, talvez, responder sobre a inclusão muitas das vezes utópica.

O interesse na realização de um trabalho que envolve os portadores de necessidades especiais é fruto de uma mistura de curiosidade e empenho para saber mais sobre esse campo vasto que divide opiniões, tanto na população em geral, quanto no cotidiano escolar e seus participantes. As pessoas portadoras de necessidades especiais sempre fizeram parte de um marco em minha vida mesmo anteriormente a academia, vendo-os nas ruas e na mídia criava dentro de mim um sentimento de medo e ao mesmo tempo de curiosidade. E quando se trata da inclusão tive a experiência presente no primeiro ano do ensino médio quando estudei com um aluno portador de necessidades especiais e acompanhar um pouco esse processo na prática ainda que como também integrante da turma.

Pude observar como aquele aluno rotulado como “diferente”, pelo fato de não possuir os padrões e comportamentos determinados como normais era deixado no canto e até mesmo esquecido pelos alunos e professores que em sua maioria que ignoravam a sua presença. E nos momentos de agitação que o fazia levantar de seu lugar e passar pelos demais colegas mexendo e querendo chamar a atenção de que ele estava presente naquela sala, os professores usavam de sua autoridade e o mandava ficar quieto, que na maioria das vezes não funcionava e que acabava de certa forma atrapalhando as aulas, levando a tomarem medidas mais severas como o colocar para fora de sala. Na maioria das vezes ficava andando pela escola até o final, acabando não participando das aulas.

Esse fato levava-me a questionamentos como o porque de se colocar um aluno com necessidades especiais em uma sala de aula onde não se buscava a inclusão, porque os

professores muitas das vezes o ignoravam, porque a escola não tomava nenhuma atitude perante essa situação. Essas perguntas me instigavam a cada aula e tornaram-se mais significativas na medida em que houve um envolvimento com a educação na faculdade.

Durante o percurso acadêmico de graduação estive pesquisando textos a respeito de portadores e necessidades especiais em livros, revistas e na internet que me auxiliaram na compreensão de algumas necessidades especiais e a inclusão. A partir de uma pesquisa de campo em uma das escolas da rede públicas de São Gonçalo, tive a oportunidade de presenciar casos de inclusão que me fizeram refletir melhor sobre esse tema que levanta tantas discussões e propostas novas a serem pensadas e mudanças na prática da educação inclusiva.

Em um dos estágios supervisionados oferecidos pela faculdade encontrei uma escola do Estado que atende o público da educação infantil, com uma demanda significativa de alunos incluídos, a princípio em uma pesquisa de campo coletiva identifiquei de forma superficial o trabalho realizado pela escola como todo, desde das serventes à diretora no que se refere à inclusão. As observações realizadas durante o período de estágio auxiliaram para reforçar o interesse pelo trabalho, o acompanhamento das aulas trouxeram reflexões e questionamentos não apenas nessa escola, mas também nas demais observadas. No período das observações da pesquisa referente ao trabalho tive a oportunidade de estar retornando à instituição que também trouxe contribuições significativas na construção do trabalho monográfico sobre o processo de inclusão e os seus fatores envolvidos.

Duas escolas também fizeram parte da pesquisa, onde foi feito um acompanhamento de algumas aulas ministradas, realização de entrevistas com os professores e coordenadoras pedagógicas que contribuíram significativamente para as reflexões e a elaboração juntamente com a articulação com as leituras bibliográficas para a elaboração final da pesquisa.

Esse trabalho tem como seu objetivo geral a análise do processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais e seus fatores envolvidos. Partindo da historicidade do processo de constituição da educação inclusiva no Brasil e suas decorrências como avanços em leis e políticas públicas e conceitos na educação.

Sendo seu enfoque nas escolas da rede pública de São Gonçalo, investiga e questiona a proposta de inclusão dos portadores de necessidades especiais, com uma atenção para os pontos positivos e negativos possivelmente encontrados no projeto político pedagógico e suas influências no processo de escolarização específico dessas crianças especiais. E avalia como as

crianças estão sendo recebidas e adaptadas pelo corpo docente e discente, sua estrutura física e seus recursos humanos encontrados nas instituições onde foram realizadas as pesquisas.

O tema escolhido vem sendo bastante abordado e debatido na tentativa de melhoria do ensino no que diz respeito a essas crianças portadoras de necessidades especiais principalmente na rede pública de ensino. Sendo um sistema de ensino que propõe que todas as crianças independentes de suas condições, sejam incluídas em salas de aulas regulares e que suas necessidades sejam atendidas, traz grandes desafios para o cotidiano escolar que supostamente tem que atender as especificidades de seus alunos. Pensar esse desafio na prática utilizando as experiências vivenciadas nos propõe a refletir sobre a proposta de inclusão, suas implicações e seus resultados positivos e negativos.

O processo de inclusão é complexo e envolve várias dimensões como a ideológica, sócio-cultural, política e econômica. Partir desse pressuposto é tomar como base o cotidiano escolar para que as perspectivas em relação a todos os alunos inclusive os portadores de necessidades especiais sejam atingidas de forma construtiva e que produza resultados significativos.(BRUNO, 2006).

Segundo Glat Pletsch e Fontes (2007), o conceito de necessidades educacionais especiais vem sendo utilizado de forma inadequada como sinônimo de deficiência, pois esse não está obrigatoriamente ligado a deficiência, mas também a interação do aluno com os conteúdos e a proposta educacional do seu cotidiano escolar. Dessa forma existem alunos que apresentam necessidades educativas especiais que não estão necessariamente vinculadas a “deficiência”, ou seja, o que necessitam é de um currículo mais flexível que atenda as suas necessidades individuais. Partir desse pressuposto implica uma visão muito mais ampla acerca desse processo de inclusão e leva a pensar melhor quais são essas pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais que estão presentes nas escolas. Muitas das vezes as pessoas envolvidas nas instituições escolares não tem tanta clareza a cerca da inclusão e de seus respectivos significados.

A informação e o conhecimento também são peças fundamentais na busca por uma inclusão escolar. O Brasil estabeleceu a educação inclusiva através de assinaturas de Declarações internacionais e de leis, mas na prática somos inclusivos? Será que sabemos do que se trata a inclusão e se estamos preparado para o seu cumprimento na prática?

Inclusão é uma pequena palavra, mas impregnada de significados que ultrapassam o contexto escolar. Falar de inclusão não é apenas pensar em portadores de necessidades

especiais, é ir além, é pensar em todas as pessoas que não estão dentro do padrão de normalidade imposto pela sociedade a qual está inserida. Incluir estas pessoas em uma sociedade que não é inclusiva é desafiar a sua própria cultura que foi e esta sendo historicamente construída e marcada por um longo processo de exclusão. E a escola como uma instituição que esta inserida nesta sociedade conseqüentemente sofre com essas características sociais, desta forma entra em uma constante luta para se adequar às novas concepções de educação, entre elas a educação inclusiva que é o tema proposto neste trabalho.

A educação inclusiva envolve diversos fatores a serem contemplados como a transformação da cultura escolar, mudanças nos currículos, disponibilidade de materiais didáticos de apoio, formação docente, financiamentos e outros mais. O conjunto de aspectos a serem contemplados vão influenciar também na qualidade da educação e conseqüentemente na educação inclusiva. Sair a campo em busca dessas informações que revelem como na prática esta educação inclusiva esta acontecendo em especial no município de São Gonçalo, é trazer reflexões que ajudem a pensar melhor sobre qual a proposta da educação inclusiva e como essa proposta esta sendo realizada nas práticas cotidianas escolares.

A implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples; para oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade. (GLAT, PLETSCHE E FONTES, 2007, P.5)

Esses fatores são importantes para a reflexão da proposta de inclusão, pois para que uma escola se torne inclusiva, de fato, são necessários uma série de aspectos inclusive esses já mencionados para que haja resultados significativos. Para Glat, Pletsch e Fontes (2007) a inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. Somente o fato do portador de necessidades especiais está dentro de uma escola inclusiva não quer dizer realmente se ele está sendo incluído.

Dessa forma a intenção de mergulhar e investigar esse campo para realizar a pesquisa é de trazer uma contribuição na percepção e intervenção desse campo de estudo para que o conhecimento continue a ser construído de maneira reflexiva e crítica. De modo que o leitor

ao utilizar esse trabalho para consulta, possa a vir ajudar numa melhor compreensão acerca da inclusão, os fatores que nela estão envolvidos e principalmente pensar melhor como nesse período a educação inclusiva tem sido desenvolvida na rede pública de ensino do município de São Gonçalo. E como os educadores podem estar refletindo melhor sobre o que acredita de fato ser uma educação inclusiva, e como tem sido sua prática cotidiana em relação à inclusão. E Trazer principalmente para o campo da pedagogia uma ótica que acrescente no pensar e no saber lidar na prática com essa situação e buscar possíveis formas atender necessidades de seus alunos especiais e refletir melhor sobre o que é inclusão, e como essa tem sido aplicada na prática em nossas escolas públicas de São Gonçalo. Embora saibamos que esse não é um processo fácil e instantâneo, mas sim que demanda tempo e comprometimento como qualquer outra questão que envolve a educação e a formação do ser humano, partindo do preceito que cada um tem suas necessidades específicas e que trazem consigo ao longo de sua vida concepções que influenciam no seu modo de pensar e de agir diante de situações, nós como profissionais da educação e acima de tudo como seres socialmente construídos trazemos essas concepções para as nossas práticas educativas.

Desse modo, pensar no processo de inclusão e sua aplicação na prática é abrir espaço para uma reflexão acerca da educação que estamos vivendo, e se essa é realmente a que pregamos ser a inclusiva, ou se será a apenas uma continuação da integração de forma mais implícita. A pretensão deste trabalho é que possa servir de contribuição significativa para educadores que estão lidando ou que vão estar diante da inclusão escolar como participante desse processo, não que venha se desestimular, mas ao contrario que lute em prol de uma educação inclusiva que atenda as necessidades de seus alunos portadores de necessidades educativas especiais, de forma que lhes sejam oferecida uma educação de qualidade que acrescente em sua formação como cidadão.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PROPOSTA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Reconhecer a exclusão, seja ela de qualquer natureza e tome a forma que tomar, é no meu entendimento, é o primeiro passo para nos movermos em direção á inclusão na sala de aula, na escola, na família, na comunidade ou na sociedade.

Ferreira

2.1- Breve história dos Portadores de necessidades Especiais

A história das pessoas portadoras de necessidades especiais sempre foi um marco de extermínio, discriminação e preconceito, pois de acordo com cada época essas pessoas eram vistas de uma forma devido a fatores determinantes como à cultura, as crenças convicções e religiões presentes na sociedade onde estavam inseridas.

Os sentimentos em relação aos deficientes se tornaram, durante um longo tempo, muitas das vezes ambivalentes, misturando piedade e rejeição, cuidados e abandono, perseguição e proteção. Para alguns, os deficientes possuíam alma, mas sem virtude, demonstrando a grande dificuldade que as culturas da época tinham para entender as diferenças entre as pessoas e, principalmente para lidar com elas.(CORRÊA, 2005, p.13)

A partir do século XVI, que várias mudanças foram ocorrendo, onde os médicos começaram a defender a tese de que a deficiência mental se tratava de uma questão médica onde ressaltavam que essas deficiências poderiam de certa forma estar associadas à fatalidade hereditária ou congênita, descartando qualquer possibilidade de serem educados e recuperados, e sendo a decisão sobre o destino dessas pessoas incumbência dos médicos e já não mais do clero. Essa visão permaneceu durante várias décadas até que o pensamento das instituições religiosas começa a mudar e passam a prestar assistências a pessoas com algum tipo de deficiência. Uma nova concepção de atendimento ao deficiente começa a surgir que seria a institucionalização, onde instituições como asilos, hospitais psíquicos, e outros começam a servir de abrigo.

Um dos acontecimentos que estavam ocorrendo nessa época e que ajudaram a pensar sobre essa questão da deficiência foi estudos que resultaram na Teoria do Conhecimento e Aprendizagem de Locke¹ que acrescentou o pensamento educacional de outros teóricos que desenvolveram diversos trabalhos relacionados a “deficientes”. Com o tempo foram surgindo

¹ John Locke (1632-1704)- Filósofo inglês, médico e ensaísta.

as Instituições com método e recursos especiais no que se refere à educação dessas pessoas. Mas essas informações não eram passadas para a população, que ficava desinformada a respeito de concepções, causas e tipos de escolarização dos deficientes.

Dessa forma, apesar dos preconceitos extremamente presentes, podia-se encontrar algumas iniciativas de estudiosos, juntamente ao avanço do campo da medicina que também auxiliava na compreensão das deficiências e também no campo da pedagogia com novos métodos e escolarização dos deficientes que tiveram sua importância nas conquistas neste campo da deficiência. Mas devido à visão sobre a deficiência segundo Corrêa (2005), ser socialmente e historicamente construída, o processo percorrido até conquistarem a condição de serem educados foi muito longo e doloroso.

Com o aumento significativo de instituições de ensino especializadas houve uma influência na sociedade em relação à valorização do direito a escolarização das pessoas com necessidades especiais. Assim foram surgindo estudos que levaram a criação de recursos para os deficientes como o Sistema Braille³ que segundo a Secretaria de Educação Especial/MEC (2006), “é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas, e que foi um marco importante para a educação das pessoas com deficiência visual”.

Essas instituições foram aprimorando-se e buscando recursos para trabalhar com cada tipo de deficiência presente na sociedade, sendo cada uma direcionada a um tipo de atendimento como aos deficientes visuais, auditivos, físicos e mentais.

De acordo com Glat e Fereira (2003) a educação das pessoas com necessidades especiais é relativamente recente no Brasil. Já existiam nossas classes especiais em escolas públicas desde a década de 1930, mas o acesso dessas pessoas às escolas comuns apenas iria ocorrer de forma mais perceptível já na segunda metade do século. A partir do período entre o início da década de 70 e início dos anos 80 é que o processo de institucionalização da educação especial nos sistemas públicos de ensino é instaurado, em meio a diversas reformas educacionais.

De acordo com Secretaria de Educação Especial/MEC (2006), as instituições para deficientes mais conhecidas no Brasil são: o Instituto Benjamin Constant, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), as Sociedades Pestalozzis, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) e o Lar-Escola São Francisco. Essas instituições tinham a intenção de atender e assistir as pessoas que

³ Inventado na França por Louis Braille, um jovem cego.

de alguma forma estavam as margens da sociedade, sem terem atendimento e atenção concedido pelo governo para as suas necessidades específicas.

O crescimento dessas instituições de atendimento ao deficiente influenciaram no desenvolvimento da educação especial como uma área específica em prestar atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais, onde são utilizados métodos e recursos pedagógicos especializados. Mas de certa forma levou a reforçar a segregação dessas pessoas, que levou a se pensar em integrar essas pessoas nas escolas regulares numa tentativa de aproxima-las da sociedade por meio de sua participação na escolarização dos demais ditos “normais”. Esse modelo foi sendo substituído a partir de políticas voltadas para a educação dos portadores de necessidades especiais pelo da inclusão.

2.2- Princípios da Educação Inclusiva

De acordo com Glat, Pletsch e Fontes (2007) o discurso sobre educação inclusiva no Brasil vem crescendo nos últimos anos. Historicamente, a Educação Especial foi responsabilizada pela educação de pessoas com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e de comportamento e altas habilidades, levando a discussões político-educacionais. A educação especial servia como espaço de segregação para as pessoas que não faziam parte dos padrões normativos da sociedade e da comunidade escolar, para que fossem recuperadas e se adaptarem no convívio com os “normais”, com base num modelo clínico.

Esse modelo começa a ser modificado quando as classes especiais entram nas escolas regulares com a intenção de obter a participação do mesmo ambiente dos alunos portadores de necessidades especiais com os denominados “normais”. As classes especiais eram constituídas de professores da educação especial que utilizavam métodos, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados para atender seus alunos especiais. Segundo Machado (2005) essa proposta de integração pretendeu buscar a superação da deficiência, mas nunca se questionou em mudar o sistema educacional. Preocupavam-se em o aluno se adaptar ao sistema se integrar a turma aos métodos de ensino e não em mudar e realizar adaptações para atender as suas necessidades enquanto portadores de necessidades especiais.

A partir de 1990, inicia-se um movimento na busca pela a educação inclusiva que levou ao seu reconhecimento como política educacional prioritária na maioria dos países, que

tem por objetivo básico a inclusão de todos os alunos, que independente de sua situação sejam acolhidos nas escolas regulares e que essas devem se adaptar para atendê-los de acordo com suas necessidades, e que proporcione o acesso e a permanência.

Assim enquanto a integração encaminha os alunos portadores de necessidades especiais para serem integrados em salas de aula regulares de acordo com as condições para o acompanhamento da turma, a inclusão parte do princípio de que devem receber esses portadores de necessidades especiais independente de suas necessidades nas salas regulares e a escola se responsabiliza na adaptação em prol do atendimento dessas necessidades.

A proposta da educação inclusiva é que todos os alunos sejam atendidos em suas necessidades dentro de uma sala de aulas juntamente com os demais “normais”. Mas falar dessa proposta nos desafia a pensar no contexto educacional onde nos encontramos, e se essa proposta de inclusão esta sendo realmente na prática aplicada em sua essência. Ou será que estamos vivendo uma inclusão utópica, partindo da nossa realidade educacional.

A educação inclusiva propõe que a escola esteja aberta á diversidade e que atenda as especificidades de seus alunos portadores de necessidades educativas especiais ligadas à deficiência ou não. Ou seja, a escola tem que a tender todos os seus alunos de acordo com suas necessidades, entendendo que seu alunado é composto por diversas culturas que vão interferir em seu aprendizado e convivência com os demais. É partir do pressuposto de que ninguém é igual a ninguém, cada um tem as suas particularidades, com isso a proposta de inclusão ultrapassa o que entendemos e acreditamos ser incluir. Ainda persiste a idéia da inclusão estar intrinsecamente ligada apenas a deficiência, pode-se encontrar essa discussão presente na mídia e também nos ambientes educacionais.

A educação inclusiva vem propor que todas as crianças, independentes de suas características pessoais, estilos de aprendizagem, condição orgânica, origem socioeconômica ou cultural, estejam em sala de aula e que suas necessidades sejam satisfeitas, baseando-se no princípio da educação para todos. (MACHADO, 2005. P.37).

Partir da perspectiva que necessidades educativas especiais não esta necessariamente ligada a “deficiência”, é um desafio onde envolve várias pessoas em que são necessárias adaptações curriculares para que o conteúdo tenha significado e seja transmitido de forma que o conhecimento seja construído.

A inclusão demanda toda uma mudança no sistema educacional que deve atingir as escolas e seus atores que participam desse fazer diário. Questões como projeto político pedagógico, currículo, formação, conhecimento e preparação fazem parte de um conjunto importante de integrantes para a realização da inclusão. E esses fatores devem estar em sintonia para que o processo venha ocorrer e trazer significados positivos que contribuam para a formação dessas pessoas portadoras de necessidades especiais e também para o crescimento dos educadores de acordo com as experiências vivenciadas.

De acordo com Machado (2005) a educação inclusiva ainda traz dúvidas. Pois nem todos têm a convicção de que esse novo sistema organizacional seja concretizado. Devido a Falta de apoio e estrutura política para uma inclusão competente e eficaz, embora algumas leis venham proporcionar essa proposta.

Esse é um trabalho arduo e gradativo, demanda tempo e grandes modificações que foram construídas ao longo de muitos anos e que não serão transformadas num piscar de olhos, mas num longo processo difícil de ser conduzido e realizado com perseverança. Esse acontecimento não depende apenas do professor ou da escola, mas de algo maior, de uma política mais elaborada, do cumprimento na íntegra e do empenho de todos os envolvidos na busca para que inclusão de fato aconteça.

Inclusão é um processo que necessita de modificações principalmente na nossa sociedade que traz marcas da exclusão devido ao longo processo de discriminações que eram envolvidas todas as pessoas que apresentavam alguma deficiência. E modificar algo construído durante anos não é um processo fácil, pois desafia nossa identidade formada nos moldes da exclusão.

Com o decorrer e as mudanças no pensamento a respeito da escolarização as pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, alguns avanços foram realizados como leis, políticas públicas e conceitos na educação que vão determinar mudanças no campo educacional. Segue abaixo algumas declarações e leis que foram destacadas e que tiveram e ainda tem influencia na educação dos alunos especiais. Como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Salamanca, Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

2.2.1- Declaração Universal dos Direitos Humanos

Um dos marcos mais importantes foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos que foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948. Sendo um texto de referência ética que estabelece os direitos naturais de todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, cor, sexo, orientação religiosa, política. Que vai influenciar na educação dos portadores de necessidades especiais, pois se agora não há diante de uma Declaração distinções entre os seres humanos, pensa se nos direitos dessas crianças também de estarem participando juntamente as “normais”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz em seu artigo VII que:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Sendo todos iguais sem distinção, tem que se pensar melhor nas pessoas portadores de necessidades especiais e seus direitos perante a lei, declara também que todos têm o direito a instrução, ou seja, á estudar incluindo de certa forma aqueles alunos especiais que até então não faziam parte desse processo juntamente aos outros. Pronuncia em seu artigo XXVI que:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

Com essa Declaração pensa-se melhor em relação aos portadores de necessidades especiais e seus direitos como seres humanos perante a lei, e como os incluírem numa sociedade que até então não os enxergavam como humanos e portadores de diversos direito como o da educação que é o tema tratado nesse presente trabalho. Pensa-se melhor em integrar essas pessoas até então excluídas e vivendo as margens da sociedade, na intenção de oferecer a oportunidade de estarem em convívio com os “normais”.E principalmente se todos são iguais e tem os mesmos direitos, como ficam os portadores de necessidades perante a questão da sua escolarização.

Embora houvesse uma preocupação com os portadores de necessidades especiais e o seu direito à educação escolarizada, a partir da década de 80 e 90 que vão ocorrer reformas importantes nas políticas educacionais que colocam também em tese a educação especial.

2.2.2- Declaração de Salamanca

Outro marco importante foi a Declaração de Salamanca (1994), que se trata de um documento resultante da Conferencia Mundial sobre Necessidades Especiais, que concretizou os princípios, a política e as práticas da integração das pessoas com necessidades educacionais especiais. Para a Declaração de Salamanca, necessidades educativas especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem. O conceito de necessidades educativas especiais é mencionada na Declaração como não estando obrigatoriamente ligado a deficiência , mas a qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem. E essas pessoas sendo dotadas de direitos deveriam ter acesso à escola regular e juntamente ao acesso recursos que sejam capazes de atender a cada necessidade específica.

Declarando que:

As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular que deverão integra-las numa pedagogia centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

Há uma preocupação com uma escola que seja integradora e proporcione um meio para auxiliar na ação discriminadora que persiste na sociedade, que contribua para que mais pessoas tenham acesso a escolarização não importando seu estado físico e mental sendo ele “normal” ou “anormal”.Trazendo assim a Declaração de Salamanca que:

As escolas regulares, com essa orientação integradora, representam os meios mais eficazes de combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade integradora e alcançando educação para todos, além de proporcionar uma educação efetiva à maioria das crianças e melhorar tanto a eficiência como a relação custo-benefício de todo o sistema educativo.

A visão de uma escola que não somente atendesse o aluno portador de necessidades especiais, mas, além disso, contribuir para uma sociedade integradora está explícita na Declaração, pois havia um pensamento não somente de colocar na escola e sim também uma tentativa de modificar o pensamento da sociedade. Embora se trate de um processo muito amplo e demorado.

A Declaração de Salamanca é, também um reflexo das idéias de que a escola deve levar a emancipação do ser humano. Uma escola que entenda a educação como fato social, político e cultural, em oposição a uma escola padronizada e reprodutora do status quo, na medida em que privilegia uns poucos, em detrimento da maioria.(EDLER, 1997).

A Declaração de Salamanca traz aspectos que vão modificar o pensamento a respeito da escola e suas intenções de formação de seus alunos enquanto cidadãos em formação, e que esse processo envolve vários aspectos que interferem em seu aprendizado, pois se trata de sujeitos que trazem consigo cultura e histórias diferentes de vida. E que com isso a maioria fica de fora dos padrões impostos, pois necessitam de uma proposta de ensino mais flexível que atenda as suas necessidades e diversidades. A ruptura desse padrão escolar implica em redefinir o papel da escola e mudanças significativas em toda comunidade escolar.

2.2.3- Leis de Diretrizes e Bases (LDB)

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases nº: 9394, que aparece de forma explícita, pois traz em seu capítulo V a educação especial como modalidade de ensino. Embora a LDB nº: 4024 de 1961 já relatasse a questão da educação especial em seu artigo 88, onde dizia ser direito dos excepcionais a Educação, mas não havia um comprometimento da escola pública e sim uma forma de estar apoiando as escolas privadas em estar realizando esse processo. Assumindo uma forma de integração, onde o aluno deveria se adequar à escola e não a escola se adequar ao aluno. Mas foi mesmo na LDB nº 9394/96 que se pensa numa educação voltada para os portadores de necessidades especiais.

O seu artigo 58 diz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e bases nº 9.394/96, que se tratou de um dos acontecimentos fundamentais para a educação inclusiva, pois ressalta em seu capítulo V que a educação especial deve dar-se preferência na rede regular de ensino.

Especifica também no Art. 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Com a nova lei há uma mudança no caráter do compromisso, pois agora a escola passa de integradora à inclusiva repercutindo no seu papel, sendo responsável pelos seus alunos portadores de necessidades educativas especiais e que vai envolver diversos aspectos como mudanças no currículo e métodos que possam atender as suas necessidades específicas. Implicara também na formação do profissional da educação que estará atendendo a essas crianças e para isso devem estar preparados para que de fato essa inclusão aconteça.

Para Machado (2005) a grande diferença entre integração e inclusão é que a primeira preocupou-se exaustivamente com a deficiência enquanto que a segunda, a proposta da inclusão, em mudar a escola para dar conta das necessidades educativas especiais dos vários alunos, sejam eles deficientes ou não. Partiu-se do princípio de que cabe a escola se adaptar para atender as diversas necessidades de seus alunos incluídos em classes regulares, aumentando assim a responsabilidade da escola inclusiva. Tira-se do aluno a culpa e a responsabilidade de ter dificuldades no processo de aprendizagem, pois percebe-se que há uma necessidade de adaptação do sistema para atender suas especificidades.

Sabemos que são inúmeros os empecilhos que vem de encontro à implementação na prática cotidiana no que diz respeito às políticas de inclusão vigente. Uma das principais poderia ser o despreparo na estrutura do nosso sistema que vai atingir diretamente as escolas e seus educadores que participam direta e indiretamente no processo de ensino-

aprendizagem. Embora muitos se esforcem para que de fato a inclusão ocorra, compreendemos que esse é um processo muito longo e difícil de ser concretizado na íntegra em nossas escolas.

2.2.4- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais é um documento lançado pelo MEC, com características de referências para o trabalho dos professores, para que todas as pessoas usufruam dos conhecimentos para exercer a cidadania. Seu foco o currículo como instrumento fundamental de escolarização, e sua organização tem a intenção de orientar principalmente os níveis de ensino e ação docente. Para complementar esse documento no que diz respeito aos portadores de necessidades especiais, também foi lançada as adaptações curriculares para serem colocadas em prática estratégias referentes à educação de alunos especiais.

De acordo com os PCN baseados na LDB, a educação especial é um componente do sistema educacional que perpassa por todos os níveis de ensino que prevê uma organização e prática pedagógica que respeite e busque atender a diversidade dos alunos. Podendo ser necessidades educacionais as dificuldades em relação à aprendizagem, sendo decorrente da elevada capacidade ou de dificuldades para aprender.

Quanto às adaptações curriculares ressalta que tem que haver possibilidades educacionais perante as dificuldades de aprendizagem dos alunos especiais estruturando critérios que determinem:

- O que o aluno deve aprender;
- Quando e como aprender;
- Que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- Quando e como avaliar o aluno.

Para que esses alunos possam participar integralmente das oportunidades educacionais e obtenham resultados significativos é necessário (PCN, p.33):

- a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores;
- o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários;
- as adaptações curriculares e de acesso ao currículo.

Os PCN propõe uma serie de artifícios á serem trabalhadas na educação especial no que se refere aos alunos, instituições, professores e adaptações que devem ser realizadas na medida em que se tem um aluno portador de necessidades especiais em uma escola. Mas, embora trabalhe em prol de uma educação inclusiva, segundo Franco (2000), o documento apresenta contradições referentes a diversas questões, que afirmam as representações históricas e sociais. A concepção de deficiência ainda é algo que esta impregnado nas pessoas, devido á marcas que constituíram a nossa sociedade com relação á diferença, mesmo com os avanços realizados na direção da inclusão.

A caracterização da pessoa “deficiente” como incompleta, aquela que precisa se adaptar a um conhecimento previamente selecionado de uma cultura mais ampla, não necessariamente a sua, impulsiona ações educativas com vistas á reabilitação. (FRANCO,2000)

Assim, percebemos que embora os discursos atuais estejam direcionados para a inclusão dessas pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade como um todo, se tem a noção de estar adequando essas por meio da escolarização em um movimento de reabilitação, para que possa participar juntamente com os demais ditos normais. É dessa forma que na maioria das vezes as escolas enxergam seus alunos especiais, como seres incompletos que precisam se adequar aos moldes da sociedade. O que a traz a reflexão de que educação inclusiva estamos falando. O que se a credita ser uma educação inclusiva de fato?

Desse modo, à sociedade avança em relação a respeito ás diferenças e a educação no que se refere às leis, até os dias de hoje são vária discussões referentes às políticas e a inclusão das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Mas sabemos que o fato de existirem leis que propõe a inclusão, essas não garante sua real aplicação nas práticas cotidiana. Pois se trata de um processo que envolve todo o sistema organizacional da educação brasileira e que vai repercutir nas escolas e concomitantemente nas salas de aula inclusivas se é que podemos denomina-las assim.

2.2.5- Temas Transversais

Os PCN, com uma proposta de educação voltada para a cidadania que se preocupa em abranger a realidade social, os direitos e deveres pessoais e coletivos, adotam os Temas Transversais para flexibilizar o currículo com relação a novos temas a serem trabalhados juntamente com os conteúdos já existentes. Com essa perspectiva foram implementados os temas: Ética, Pluralidade cultural, Meio ambiente, Saúde e Orientação sexual, que estão divididos em documentos contendo questões, objetivos, conteúdos, critérios de avaliação e orientações didáticas para o auxílio do planejamento da prática educativa. A escolha desses temas de acordo com a secretaria de educação (1997) foi realizada diante de inúmeras questões sociais tais como: a urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem e favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

A intenção é que esses temas transversais estejam integrados no currículo da educação escolar, de forma que interajam com as áreas já existentes e que estejam em conexão com as questões cotidianas. Esses são trabalhados concomitantemente de forma articulada, sendo uma nova forma de organização do trabalho didático.

Dentre os temas abordados como transversais que se destaca por se aproximar deste trabalho é o da Pluralidade Cultural, que traz aspectos relativos às diversidades de culturas presentes em nosso país, e como essa questão pode ser trabalhada juntamente aos conteúdos escolares. O documento diz ser um dos desafios da escola, trabalhar com a superação do problema da discriminação para que se tenha um conhecimento a cerca das diversas culturas e um outro olhar par o diferente.

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade. (Brasil, 1997. p.27)

Neste caso os portadores de necessidades especiais, também estão incluídos, pois possuem talvez uma cultura diferente diante dos ditos “normais”. E se tratando de escolas inclusivas a discussão á respeito da diferenças é de fundamental importância, pois lidam diretamente com vários tipos de diferenças, e muitas das vezes essas não respeitadas, pois “inclui”, esse aluno, mas não propicia recursos para trabalhar suas peculiaridades e esses acabam ficando a mercê de um sistema que ainda não está preparado para lidar com as diferenças, sejam elas quais forem.

E falar de reconhecer e aceitar as diferenças não é algo fácil, por se tratar de um país que foi historicamente construído em um contexto de discriminação, e a escola por sua vez está marcada profundamente por práticas culturais históricas e que acabam de certa forma reproduzindo-as. Assim como diz a Secretaria de Educação (1997), até hoje é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social. Dessa forma, falar de igualdade até mesmo na escola é quebrar barreiras imensas que estão alicerçadas a um bom tempo.

A escola é um dos mais importantes veículos para o desenvolvimento da cidadania, pois tem a oportunidade de lidar diretamente com seres em construção, e que se forem trabalhados conceitos que envolvam aspectos de diversidades culturais, abrirá caminhos para o desenvolvimento dessa sociedade discriminatória.

A escola não muda a sociedade, mas pode partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução, mas também como espaço de transformação. (Brasil, 1997. p. 20)

Desse modo, a escola pode estar trabalhando também em prol de princípios democráticos, principalmente as que pregam a inclusão, não somente a inclusão de portadores de necessidades especiais, mas também todos aqueles que são apresentados perante a sociedade como diferentes, sendo diferenças culturais, sociais, raciais e de aprendizagem, dentre outras. Mas também não duvidamos que esse é um processo progressivo e não surte efeitos imediatos, e que a busca por essa igualdade de direitos e igualdades perante a nossa sociedade ainda demandará tempo para a sua concretização. Muito tem que ser trabalhado em nossa educação que ainda se apresenta de forma discriminatória, para que nossas escolas recebam seus alunos de forma respeitosa diante de suas diversidades e particularidades. Pois o discurso precisa muitas das vezes sair do papel e ir ser praticado no cotidiano para que se obtenha resultados. Mas para que isso ocorra a sociedade tem que estar preparada e principalmente a educação, com recursos humanos, físicos e metodológicos.

2.3- A proposta de inclusão em São Gonçalo

São Gonçalo é um Município do Estado do Rio de Janeiro que contém uma extensa rede escolar distribuída entre redes públicas e particulares. No que se refere aos portadores de necessidades especiais, um dado levantado pela Organização Mundial de saúde que estima temos cerca de quinze milhões no Brasil e sendo noventa mil em São Gonçalo. E em 2001 foi realizado um levantamento onde somente cinquenta e seis alunos portadores de necessidades especiais estavam matriculados em escolas da Rede Municipal, mas que a partir de 2004 esses números começam a crescer significativamente principalmente nas classes regulares.⁴

As matrículas foram realizadas com maior intensidade a partir da Implementação do Plano Municipal de São Gonçalo, que entrou vigor no ano de 2004, pois esse Plano assegura em meio a diversas metas, o direito ao acesso dos portadores de necessidades nas classes de ensino regular. A partir desse Plano, pensa-se melhor em como atender aos portadores de necessidades especiais presentes no município e como trabalhar em prol de uma escola que tenha capacidades para está incluindo-os.

Embora o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo(2004), relate que o conhecimento sobre a educação especial no município é precário, pois não se tem dados estatísticos legítimos que possam estar apresentando um perfil dos educandos com necessidades educacionais especiais presentes neste município. A Rede Municipal de Educação por meio da Coordenação de Educação Especial, com a intenção de traçar políticas públicas para atender a esses alunos, elaborou um Programa para garantir o acesso e a permanência dos mesmos nas escolas da rede e também apoio, para uma melhor performance. Mas o município ainda precisa fortalecer o sistema com ações mais intensas como sensibilização de toda comunidade para a questão da inclusão, adaptações curriculares, qualificação dos professores para atender esses alunos e adaptações na escola, para receber melhor esses alunos incluídos.

A elaboração de planos municipais tem uma importante contribuição no conhecimento á respeito da realidade local e no planejamento de ações para que haja um melhor alcance dos objetivos da comunidade. E se tratando da educação, o Plano Municipal funciona como um instrumento que vai nortear a política educacional do município e atuando nas relações políticas estaduais e nacionais. O Plano Municipal analisa a realidade local, com atenção para as necessidades e planeja metas para alcançadas.

⁴ Dados consultados no Plano Municipal de Educação de São Gonçalo (2004)

Desse modo, o Plano Municipal de Educação (2004), no que se refere à educação especial a define como um conjunto de recursos e procedimentos específicos, mediadores do processo ensino aprendizagem, colocados à disposição dos que dela precisam. E se preocupa com o respeito às diferenças individuais de seus alunos. Assim, estabelece metas como:

1-Garantir a capacitação continuada dos Professores e todos os funcionários da escola que tenham um aluno PNE, investindo em programas que objetivem a inclusão do PNE em todos os níveis e modalidades educacionais, dando subsídio aos profissionais para que estejam preparados pra recebe-los.

3-Assegurar, imediatamente, com qualidade, a inclusão dos educandos com necessidades especiais no projeto pedagógico das unidades escolares.

O Plano Municipal estabelece as metas para que haja um desenvolvimento da inclusão em São Gonçalo, mas diante da demanda significativa de escolas a serem contempladas com recursos para receber essas crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, sabemos que na maioria das vezes as mais atendidas são as dos bairros mais movimentados, que pode acabar provocando um movimento de deslocamento dessas crianças para escolas mais dotadas de recursos e que se tornam referências para a educação inclusiva. Esse aspecto nos faz refletir se o fato de uma escola implantada em um município que tem proposta de inclusão, não ter recursos para atender essas crianças especiais não se poderia estar tratando de uma exclusão.

Dessa forma, pensar na proposta de inclusão é ir além de análise documentais de âmbito nacional, estadual e municipal, é refletir como está acontecendo realmente na prática cotidiana das escolas essa inclusão tão pregada em nosso país, que diz que os portadores de necessidades educacionais especiais tem o direito a freqüentar as escolas regulares sem discriminação, onde seu currículo atenda suas necessidades particulares.

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação.

Aranha

O foco dessa presente pesquisa está na análise do processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais e seus fatores envolvidos, tomando como campo de pesquisa a Rede Pública do Município de São Gonçalo. Que teve por seleção três escolas da rede pública de ensino sendo o Jardim de Infância Menino Jesus, o CIEP 236 Professor Djair Cabral Malheiros e o CIEP 237 Jornalista Wladimir Herzog. Nessas escolas foi encontrado um número significativo de incluídos em classes regulares. Foram feitas observações de turmas do jardim e primeiras séries do ensino fundamental, bem como entrevistas aos professores e a coordenação pedagógica das respectivas escolas.

A busca nas escolas foi uma tentativa de investigar e questionar a proposta de inclusão que atualmente vem sendo desenvolvida, com um olhar para os projetos políticos pedagógicos, a estrutura física e recursos humanos das escolas selecionadas. Questões como essas são propostas por meio de inquietações em supostamente saber: Em que medida a inclusão está ocorrendo nas práticas cotidianas das escolas municipais de São Gonçalo?.

Para isso se faz necessário à pesquisa de campo, e que no seu desenrolar se utilize observações em salas de aula inclusivas, conversas com pessoas que estão envolvidas nesse processo, tal como professores, coordenação pedagógica, alunos e serventes. Que de forma direta ou indireta contribuem no processo de inclusão.

A escolha das referidas escolas se deu por meio de um critério de seleção que fossem escolas que possuíssem alunos portadores de necessidades educacionais especiais e que estivessem preferencialmente em classes regulares de ensino, e para surpresa dentre algumas escolas visitadas, foi difícil encontrar esses alunos, devido ao fato de serem encaminhados para as escolas as quais foram escolhidas para a pesquisa. O que trouxe estranheza a respeito da proposta de inclusão no município de São Gonçalo, pois se essas crianças estão sendo encaminhadas para algumas escolas referenciais na educação inclusiva, pressupõe que as

demais não estariam preparadas para a inclusão e mais, estão supostamente conduzindo as matrículas desses alunos .

Essas crianças que são portadoras de necessidades especiais estão sendo orientadas a procurarem escolas reconhecidas como inclusiva, que muitas das vezes estão longe de suas respectivas casas o que em alguns casos pode ser prejudicial no que se refere à locomoção, que vai envolver condução, tempo e custos, que poderão vir a ser empecilho para a família estar mantendo essa criança na escola. De certa forma podemos dizer que se trata de um caso de exclusão, pois o aluno tem o direito de estar em uma escola próxima a sua casa, mas essa escola não está preparada para recebe-lo, pois não possui estrutura física e nem recursos humanos para incluir. Assim devemos pensar se podemos dizer que temos um município e até mesmo um país que está de fato preparado para atender e incluir esses portadores de necessidades especiais nas escolas da rede pública de ensino.

Podemos refletir a respeito das condições das escolas terem para receber esses alunos portadores de necessidades educacionais especiais, e atender as suas peculiaridades de forma que o currículo seja ajustado para isso e que estejam disponíveis recursos materiais e humanos. Segundo Aranha (2004), um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. São questões que envolvem diversos aspectos que não são fáceis de serem adquiridos devido a fatores que estão presentes na educação brasileira e conseqüentemente no município de São Gonçalo que participa dessa realidade.

A educação brasileira adotou a educação especial como uma modalidade de ensino que atende aos portadores de necessidades especiais e junto com essa modalidade está a educação inclusiva, onde esses alunos têm o direito a educação juntamente com os demais ditos “normais”. Mas para que sejam incluídos se faz necessário uma série de fatores que já foram mencionados no decorrer deste trabalho que na maioria das vezes a realidade se torna diferente, vemos que na prática o que vem sendo ocorrido na maioria dos casos é somente o acesso desses alunos nas salas regulares. Estes estão usufruindo apenas do direito de estar em uma turma com os demais, mas não estão de fato participando da educação, estão sendo privados desse direito. O processo de inclusão é amplo e envolve vários fatores que são determinantes no ensino aprendizagem desses alunos com necessidades educacionais especiais.

3.1- Processo de inclusão e seus fatores envolvidos

O processo de inclusão envolve diversos fatores que vão influenciar na sua qualidade, pois partindo inicialmente do ponto de vista que a sociedade onde vivemos, embora seja um problema muito antigo, o preconceito ainda faz parte dos nossos dias. Embora digamos que não somos preconceituosos estamos sempre apresentamos mesmo que forma implícita sintomas que ainda se fazem presentes dentro de nós. E quando se trata de inclusão não é diferente, pois o preconceito em relação aos portadores de necessidades especiais foi historicamente construído, através de um marco de extermínio e atitudes discriminatórias com a crença de que essas pessoas poderiam estar corrompendo as demais, e que persistiu durante muitos anos.

Apesar de hoje alguns conhecimentos terem sido construídos e esclarecimentos estendidos para a sociedade que levaram a inclusão, presenciamos atitude discriminatória muitas das vezes carregada de medo, insegurança e desconhecimento á respeito dos portadores de necessidades especiais. O “diferente” ainda nos incomoda de certa forma, devido a nossa visão padronizada, onde todos devem ser “iguais”.

O discurso da inclusão na teoria nos comove e nos faz acreditar que somos capazes de incluir sem preconceitos, mas na prática descobrimos que não é bem assim que funciona, pois trazemos marcas da nossa sociedade e do meio na qual vivemos que influenciam a nossa prática cotidiana inclusive como professores. Incluir não é apenas aceitar o aluno portador de necessidades educativas especiais, isso faz parte apenas do inicio do processo, incluir vai muito além, pois se trata de um processo repleto de imprevistos e que por isso não possui fórmulas prontas, e requer aperfeiçoamentos constantes.

Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola o suporte necessário a sua ação pedagógica.(BRASIL, 2001, p. 18)

Para que ocorra a inclusão é necessário não apenas a escola querer e se dizer inclusiva, e sim ter recursos, estrutura e principalmente conhecimento e capacitação para atender as especificidades de seus alunos incluídos. Não basta também ter apenas rampas, banheiros e outros acessos adaptados, mas do que isso, é investir no conhecimento da escola como um

todo e as necessidades de seus alunos, e a partir desses levantamentos se pensar num bom projeto político pedagógico que envolva a comunidade escolar e que esteja atento para tais necessidades da escola e a sua aplicação, refletir sobre as práticas pedagógicas vigentes, realizar um acompanhamento e disponibilizar assistências para os que necessitem de uma atenção especial.

Segundo SEESP (2006) o atendimento às necessidades educacionais especiais do aluno é de responsabilidade de todos: direção escolar, coordenação técnica, professor de ensino regular, professor especialista, e da família. Sendo função da Instituição Escolar buscar a articulação nas diferentes esferas de ensino público a parceria com serviços e instituições não governamentais da comunidade que possam dar suporte, apoio e orientação para adaptação e complementação curricular.

Todos os envolvidos no processo de inclusão devem estar preparados para que surtam efeitos positivos e significativos em suas práticas cotidianas diante de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, trazendo benefícios para sua escolarização e formação enquanto cidadão. Mas na realidade de nossas escolas presenciamos um despreparo da comunidade escolar, que muitas das vezes não sabe como reagir perante a inclusão, pois não possuem recursos pedagógicos e nem recursos humanos para atender essa clientela portadora de necessidades educacionais especiais.

3.1.2- Projeto Político Pedagógico

De acordo com Aranha (2004), o projeto político pedagógico de uma escola é um instrumento teórico-metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer. E é nele que se estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população.

Dessa forma, esse documento é um importante aliado da escola e da comunidade, pois por meio de sua elaboração que vai se pensar num melhor desenvolvimento para os alunos quanto as suas necessidades relacionadas ao processo de aprendizagem. E sua elaboração requer reflexão e organização das ações e também a participação dos sujeitos envolvidos na

comunidade escolar, e se trata de um processo contínuo o qual está sempre em aperfeiçoamento.

E quando se trata de uma escola que tem matriculado alunos com necessidades educacionais especiais, o projeto político pedagógico da escola deve ser pensado com atenção às peculiaridades de seus alunos como sujeitos que deverão estar envolvidos nesse processo de ensino aprendizagem, de forma que sejam obtidos resultados significativos. Costa (2007), diz que as escolas devem contemplar, em seus projetos pedagógicos, o atendimento a essa diversidade, atentando para, dentre outros aspectos, a superação das barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e à aprendizagem, presentes no cotidiano escolar e da dicotomia ainda existente entre escolas comuns e especiais. E a elaboração de um projeto que norteie a inclusão auxiliará toda equipe escolar, se esse for colocado em prática nas salas de aula.

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. (ARANHA, 2004.p.7).

Com esse olhar para a escola como um lugar em que todos devem ter direito ao acesso e que esse seja um espaço onde o conhecimento seja construído com qualidade, pensamos então se essa instituição está cumprindo esse papel na atualidade. Por conta de diversos problemas que a educação brasileira enfrenta, as escolas se sentem desmotivadas em lutar por uma educação de qualidade. E a construção de um projeto político pedagógico que busque os interesses da escola e da sua clientela seria uma das possibilidades de tentar reverter o quadro da exclusão. Pois somente a própria escola sabe quais são os seus alunos e suas dificuldades a serem trabalhadas.

Existe uma lei que esclarece sobre o projeto político pedagógico na escola que é a LDB 9394/96, que traz em seus artigos 12º e 14º no inciso I, a incumbência delegada aos sistemas de ensino para elaborar e executar a sua proposta pedagógica. As unidades escolares têm autonomia para estar elaborando o seu projeto político pedagógico e se esta proposta for devidamente realizada auxiliará na qualidade da educação inclusiva.

Se tais determinações realmente se concretizarem em ações práticas, a educação especial tem muito a ganhar desde que seus professores sejam convidados a

participar, isto é, desde que sejam incluídos, particularmente na elaboração do projeto político pedagógico da escola. (EDLER, 1997. P.78).

A elaboração do projeto político pedagógico realizado pela própria escola com a participação das pessoas envolvidas com a escolarização, pode trazer questões que estão presentes no cotidiano escolar e que somente essas pessoas envolvidas poderão articular com os recursos a serem aplicados na prática para haver uma melhoria no ensino em geral, e principalmente no que se refere ao especial. Ao analisar tais questões encontradas e fatores determinantes, poderá ser feito ajustes e modificações para a melhoria da inclusão dos alunos especiais.

A participação da comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico de sua escola traz contribuições significativas para a escola, pois incentiva na luta pela qualidade do ensino, pois os envolvidos passam a conhecer o ambiente onde estão inseridos e o que fazer e como fazer e para quem fazer. Esses passam a fazer parte do contexto da escola o que facilita o seu desempenho. Mas para que isso ocorra é necessário uma direção escolar comprometida com esses fins, pois será ela quem convocará a comunidade escolar para fazer parte dessa elaboração, e para isso deve ser dinâmica e comprometida com a qualidade da escola.

Mas podemos nos transportar para uma outra questão que não mais depende do direito da elaboração do projeto político pedagógico e sim se de fato as escolas estão preocupadas e capacitadas para esse fim. Sabemos que na realidade de nossas escolas, nem sempre podemos encontra-lo, ou até mesmo encontra-lo desatualizado de forma que atenda as questões pertinentes de sua escola. Isso ocorre principalmente quando a escola não consegue enxergar o projeto político pedagógico para além de ser um documento que faz parte da burocracia da educação, não o vê como instrumento importante no desenvolvimento da escola.

Em algumas escolas a construção do projeto político pedagógico é realizado mediante uma solicitação documental da escola, o que leva apenas uma pessoa estar participando e apenas para cumprir essa exigência, sem ao menos a escola estar à parte dos acontecimentos internos da instituição. O que leva a um descomprometimento com seus alunos, pois não os conhecem, não sabe das necessidades a serem trabalhadas. E se tratando de uma escola que atende portadores de necessidades especiais, como poderá ser desenvolvido um trabalho que os envolvam na construção do conhecimento, e como essa escola pode se dizer inclusiva. São

fatores que nos levam a refletir a respeito da nossa educação como um todo e principalmente da educação inclusiva e a sua proposta teórica e empírica.

3.1.3- Estrutura física e recursos humanos

A estrutura física das instituições escolares para que possa receber seus alunos portadores de necessidades especiais, tem que ser modificada. A escola deve estar preparada para receber alunos com vários tipos de necessidades, tais como as que demandam uma adaptação física como o caso de crianças cegas, cadeirante ou com algum problema que impeça de transitar tranquilamente. Mas essa, ainda é uma realidade distante, pois vemos um significativo quantitativo de escolas que não possuem adequações necessárias, quanto a sua estrutura física para esses alunos terem esse acesso garantido. E falar de transformação física da escola envolve verbas que em sua maioria não chegam completas as escolas públicas, ou até mesmo é mal distribuída. O que leva a questão da inclusão não ser prioridade, pois a escola, além disso, está precisando também de outros equipamentos que constituem e fazem falta no dia a dia escolar.

“... a despeito de pesquisas e do relato cotidiano da realidade concreta vivida por educadores e educadoras, tem-se constatado o desaparecimento das escolas para empreender tamanha jornada integradora, tanto no que diz respeito ao espaço físico quanto aos recursos humanos”.(FRANCO 2000. P. 79.).

Outros fatores importantes e determinantes do processo de inclusão são os recursos humanos, pois para que a inclusão se efetive de fato, as pessoas envolvidas com esse processo devem estar preparadas para administrar os seus conhecimentos em prol de educação para todos, onde seja garantido o acesso e também a permanências de todos os alunos, inclusive os portadores de necessidades especiais. Mas para isso se faz necessário uma preparação contínua, como capacitações e pesquisas que envolvam as áreas da educação especial.

De acordo com Costa (2004), os professores do ensino regular e da educação especial devem ser preparados para a inclusão, com oportunidades de conhecimento teórico-prático para o atendimento pedagógico necessário para atender as necessidades educacionais

especiais de seus alunos. Esses procedimentos podem ser realizados através da educação continuada direcionada para as diferenças.

Cabe ao professor a análise de cada caso, a organização e a sistematização de atividades pedagógicas específicas, necessárias ao desenvolvimento integral do aluno, como também propor e adaptar atividades lúdicas, prazerosas e situações de interação, socialização e a participação coletiva com os demais alunos da escola”.(SEESP/MEC, 2006. P.58).

Dessa forma, se cabe ao professor essa tarefa, como realiza-la se muitas das vezes esse não está preparado para receber esses alunos portadores de necessidades especiais em sua sala, e principalmente desenvolver atividades que esses alunos participem. Faltam apoio pedagógico e especializações que auxiliam no desenvolvimento do processo de inclusão. Cabe o incentivo do governo, mas também empenho por parte das equipes pedagógicas envolvidas na melhoria da educação.

Ter estrutura física e recursos humanos nas escolas para atender a demanda de alunos portadores de necessidades especiais, faz parte do processo de inclusão, mas muitos são os empecilhos para que se tenha uma educação de qualidade, que produza efeitos significativos na vida dos sujeitos envolvidos. Embora a inclusão faça parte das nossas políticas, às vezes nos parece que ainda é algo externo a nossa educação brasileira, pois se implementam leis, mas não se estabelecem recursos necessários para que essas se cumpram.

3.2- Como está sendo realizada a inclusão no Município de São Gonçalo

A escolarização das pessoas com necessidades especiais na Rede Municipal de São Gonçalo está sendo realizada mediante a Instituições especiais, dentre outras, como APAE⁴ e APADA⁵, e nas escolas regulares em classes especiais e classes regulares. Em alguns casos com acompanhamento das salas de recursos e apoio pedagógico. De acordo com o que está previsto na legislação como a Constituição brasileira de 1988, a Declaração de Salamanca de 1994 e a LDB de 1996, prestam esse serviço com a intenção de atender a todos os alunos com respeito a suas necessidades individuais, criando mecanismos diversos que atendam a sua necessidade.

⁴ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

⁵ Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição.

O discurso á respeito das classes especiais ainda se faz presente nas escolas observadas, onde podemos perceber por meio das falas de professoras e coordenação pedagógica a preocupação da extinção dessas classes que segundo elas estariam auxiliando na inclusão, pois prepara o aluno para ser incluído nas turmas regulares. Dessa forma podemos pensar em qual será a proposta de inclusão que essas escolas estão dispostas a aplicar. De certa forma não poderiam estar se achando inseguras em colocar todos os alunos portadores de necessidades educacionais especiais que chegarem para ser matriculados em turmas regulares.

Embora se trate de um modelo mais antigo, pois o que vigora no momento é o discurso da inclusão dos portadores de necessidades especiais nas classes regulares, podemos encontra-lo em nossas escolas que pregam a inclusão. A defesa da educação inclusiva é constante nos discursos das diretrizes educacionais, mas ainda se pode encontrar os dois modelos, o da inclusão e o da classe especial separadamente ou concomitantemente. Apesar das escolas falarem e privilegiarem a inclusão como forma de aceitação a diversidade, na maioria das vezes em sua prática não conseguem dar conta das especificidades referentes ao ensino e a aprendizagem de seus alunos portadores de necessidades educacionais especiais declarando ser de competência da educação especial.

No que se refere à inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, as escolas da rede municipal de São Gonçalo recebem essas crianças em suas classes regulares, onde são trabalhadas questões que envolvem o processo de inclusão. Algumas dessas escolas possuem salas de recursos para trabalhar com essas crianças, o que auxilia no processo de desenvolvimento da aprendizagem.

No Brasil, a prática de inclusão tem sido por meio de serviços de apoio aos portadores de necessidades educacionais especiais, as salas inclusivas em sua maioria conta apenas com um professor, e em algumas escolas com salas de recursos. Dessa forma, o município de São Gonçalo também adota esse modelo de sala de recursos e encaminhamentos para acompanhamento médico e pedagógico para um melhor desenvolvimento em sala de aula.

As salas de recursos no município de São Gonçalo funcionam com característica pedagógica, sendo dirigidas por professores especializados, com a proposta de auxiliar e complementar o processo de escolarização realizado em classes regulares de ensino. Pois se trata de um local que pressupõe que seja dotado de equipamento, materiais pedagógicos específicos á natureza das necessidades especiais do aluno, onde se oferece a complementação

do atendimento educacional realizado em sala. O atendimento é realizado em pequenos grupos ou individualmente dependendo da necessidade, em horários diferentes de suas aulas no ensino regular.

Embora a proposta das salas de recursos estar presente em nosso país, podemos ver que na realidade há um grande número de escolas no município de São Gonçalo que não apresentam esse recurso para ser trabalhado com seus alunos portadores de necessidades educacionais especiais, pois faltam recursos financeiros para serem aplicados e muitas das vezes profissionais especializados para estarem acompanhando esses alunos. O que traz complicações no processo de escolarização.

O município conta também com algumas instituições voltadas para o acompanhamento desses alunos incluídos, por meio de atendimentos pedagógicos, objetivando uma melhora no desempenho educacional, psicológico, físico e social.

Uma dessas instituições mencionadas é o CIM (Centro de Inclusão Municipal), localizado no bairro de Neves, que foi criado com a finalidade de dar suporte as escolas da rede municipal e se constitui como uma unidade educacional e não clínica onde se destina ao acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, a capacitação dos professores e orientação aos pais por meio de serviços complementares. É composto por uma rede de atendimento psicopedagógicos, salas de recursos, oficinas pedagógicas, informática, educação ambiental, dentre outros. Sendo seu objetivo, o de transformar a escola dentro de sua área de competência, num espaço aberto e democrático, garantindo através de suas ações o acesso e a permanência do aluno com necessidades especiais na rede regular.

Essa instituição atende alunos com necessidades educacionais especiais das escolas municipais de São Gonçalo que são encaminhados pela sua própria escola, e após uma avaliação também realizada pelo CIM são encaminhadas para os atendimentos relativos as suas necessidades. Embora a instituição conte com uma estrutura compostas por profissionais e recursos que auxiliam no atendimento, ainda é pouco, pois se trata de uma única unidade de atendimento no município. Que faz com que não consiga atender a todos os alunos, devido à demanda significativa de encaminhamentos com as mais diversas necessidades.

O NAPES (Núcleo de apoio pedagógico especializado), também é uma modalidade de atendimento que destina á assegurar recursos e serviços educacionais especiais, visando apoiar os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais em todas as etapas da educação

básica. Mas trata de um sistema estadual e não municipal, embora também atenda ao município de São Gonçalo, talvez não atenda suas particularidades devido ao grande atendimento a ser realizados por eles.

Desse modo podemos perceber que existem algumas instituições que se propõe a auxiliar na inclusão, por meio de acompanhamentos dos alunos portadores de educacionais necessidades, mas da mesma forma percebemos que os atendimentos ainda são poucos perante a demanda de alunos que se apresenta. Partindo desse pressuposto será que o município de São Gonçalo está preparado para de fato incluir, será que temos estruturas físicas e recursos humanos? Para refletir a respeito de questões como essas, foi realizada uma pesquisa de campo em Escola inclusivas da rede pública de São Gonçalo, que se serão apresentadas nos próximos tópicos.

3.2.1- Jardim de Infância Menino Jesus

O Jardim de Infância Menino Jesus fica localizado próximo ao centro de São Gonçalo em um prédio anexo da Igreja Matriz, possui um espaço físico pequeno e que funciona em dois turnos, sendo eles manhã e tarde. Uma das características principais é a inserção de crianças com necessidades educativas especiais nas turmas regulares. Não possui classes especiais, somente trabalha com turmas inclusivas. É uma escola de referência em inclusão na educação infantil, o que faz com que atenda não somente seu bairro e cidade, mas também cidades próximas.

A escola atende a uma clientela que em sua maioria faz parte da classe baixa, e quanto aos portadores de necessidades especiais, possuem as mais diversas necessidades e trabalhar com essas peculiaridades não é uma tarefa fácil, pois tem que se pensar e estudar como cada criança na particularidade desenvolve seu raciocínio no processo de ensino aprendizagem. E para isso se faz necessário à busca por recursos pedagógicos para que esse trabalho seja desenvolvido da melhor forma e que produza significados na escolarização desses alunos.

Uma questão que se põe bem clara quando chegamos a essa escola é que vemos que todos desde a direção, coordenação, professores, alunos e serventes, estão envolvidos com a inclusão, todos falam da importância de estar incluindo essas crianças e da sua progressão quando acompanhadas pela sala de recursos. E como a escola encara a questão da inclusão como um desafio em que todos devem estar empenhados. Dessa forma vemos a importância

da comunidade escolar estar empenhada na busca pela inclusão, pois esse pode ser um ponto inicial para esse processo tão complexo.

Com o passar dos anos e o aumento da demanda de crianças especiais, percebeu-se a necessidade da construção de uma sala de recursos, que pudesse atender de forma diferenciada estas crianças. Assim iniciou-se o processo de busca pela construção desta sala, que somente em dois mil e sete se realizou.

A sala de recursos é destinada ao atendimento individual e em grupo das crianças de acordo com suas especificidades. Atuam três professoras que trabalham em sistema de rodízio atendendo não apenas crianças do Jardim de Infância, mas também outras crianças portadoras de necessidades educacionais especiais que não tem esse acompanhamento em suas escolas, e essas para serem atendidas devem apresentar um laudo médico especificando o seu problema, recebem também encaminhamentos para especialistas como fonoaudiólogos, psicólogos e outros. Assim a escola busca recursos para serem trabalhados com essas crianças para que haja um melhor desenvolvimento.

Os professores participam freqüentemente de capacitações na área de educação especial, o que auxilia na sua prática como professor de sala inclusiva, também são desenvolvidas palestras voltadas para as questões de deficiências e que são abertas também a família para que estejam participando e entendendo melhor sobre seu filho portador de necessidades educacionais especiais. Segundo Aranha (2004), faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades. (p.8). Essa é uma tentativa de aproximar a família da escola nesse processo de inclusão, pois muitas das vezes é difícil o diálogo quando se trata em reconhecer que seu filho é especial. Desse modo, a escola deve buscar desenvolver esse trabalho de orientação e de encaminhamento de tratamentos que auxiliam no melhor desenvolvimento dessa criança, pois como afirma Aranha (2004), cada escola tem a responsabilidade de elaborar projetos que visem alcançar e atender necessidades das famílias de seus alunos, possibilitando essa aproximação e favorecendo seu desempenho.(p.19.).

Outro fator importante é a parceria entre os professores e a coordenação pedagógica que também trabalham em prol da inclusão. O processo de inclusão como já foi mencionado requer mudanças no ensino e empenho por parte dos envolvidos na educação. E quando existe uma ponte entre a coordenação e os professores, essa busca por meio das práticas cotidianas

dos professores em estabelecer metas para a melhora do processo em trabalho conjunto com a coordenação pedagógica surte efeitos significativos para a comunidade escolar. A organização pedagógica da escola se preocupa, principalmente, em promover e valorizar a criança de modo a desenvolvê-la emocional, social e cognitivamente, além de estimulá-las para a troca de experiências e vivências, sem deixar de respeitar sua individualidade e limitações. Há uma preocupação em colocar turmas com um número razoável de alunos juntamente com aqueles portadores de necessidades especiais para que o professor desenvolva melhor o ensino aprendizagem.

Percebe-se que a escola esta engajada na busca pela a inclusão. Durante as observações realizadas nas salas de aula vemos como é realizado no dia-a-dia a inclusão em uma educação infantil e como esses alunos e professores enxergam e opinam a respeito desses diferentes incluídos.

Durante as aulas percebe-se que a professora tenta ao máximo incluir as crianças especiais, mas que em alguns momentos não consegue dar conta de toda turma em suas particularidades. Um dos exemplos desse fato foi a de um menino que possui problemas neurológicos que dificultam a sua concentração, esse aluno não fala e não anda e está incluído em uma das turmas, sendo a única coisa que chama a sua atenção, o DVD. E a professora para buscar sua atenção coloca-o no meio de sua aula enquanto os demais alunos fazem as suas tarefas, mas que também se interessam mais pela televisão.

Esse fato me fez refletir sobre o fato da inclusão ser uma tarefa difícil e complicada na medida em que são postos alunos com as mais diversas necessidades e que muitas das vezes requer uma atenção individual e como esse professor sozinho pode realizar esse trabalho. A professora diz que esse aluno vai a escola apenas para estar em contato com outras crianças, ele não vem para aprender. Esse aluno faz um acompanhamento na sala de recursos onde são trabalhadas questões que promovam o seu desenvolvimento físico e intelectual. Em uma de suas falas, ressalta a presença do aluno mencionado acima em suas aulas, e o fato de ainda não estar conseguindo trabalhar com ele, pois não se concentra, e somente sons chamam a sua atenção. A professora reconhece a dificuldade de trabalhar com aquele aluno e a complexidade de se ter alunos incluídos e apenas um professor para atender a todos.

Quanto às crianças das salas as quais estagiei parecem lidar com a situação de ter colegas de turma portadores de necessidades especiais como normal talvez por ter sido trabalhadas essas questões em sala de aula e o próprio convívio diário as fizeram agir com

mais naturalidade. Essas ajudavam os que necessitavam de uma atenção especial, mas são crianças e muitas vezes não compreendiam quando seu colega especial riscava ou rasgava o seu trabalho. Sabemos que se trata de uma situação complicada de ser administrada, envolve preparação diária. No que se refere às crianças especiais, essas parecem adaptadas ao espaço da escola, se identificam com os funcionários e professores num processo de socialização.

Em uma outra sala, que tive a oportunidade de acompanhar algumas aulas, tinham alunos incluídos, sendo que apenas uma aluna estava freqüentando regularmente as aulas. Essa mesma aluna que tem problemas neurológicos, não consegue ficar o tempo inteiro da aula em sua sala, por isso circula por toda a escola, nas outras salas, na direção e no pátio. E dessa forma, nas participa de todas atividades que os demais da turma realiza ao longo do dia. Por meio desse relato, podemos refletir á respeito dessa inclusão, onde a aluna está na escola, mas não participa efetivamente das aulas. Isso nos remete ao que já falamos á respeito da inclusão está além do aluno ser aceito em uma turma regular, pois tem que rever o currículo, para que atenda as particularidades de seus alunos.

Pode-se observar por meio das falas das professoras o quanto é desafiador lidar com a inclusão, mas como também é significativo para sua formação pessoal. Uma das professoras fala a respeito da dificuldade encontrada no início, mas que hoje, embora ainda seja um desafio se sente mais preparada para lidar com esse processo, como trabalhar a turma e se preparar para receber essa criança especial. E a importância de estar procurando capacitações e recursos para trabalhar em sala de aula com essas crianças e também o fato da escola estar voltada para inclusão que de certa forma auxilia no seu desenvolvimento, pois se sente apoiada em seu trabalho. E o mais significativo para essas professoras é ver os resultados significativos com relação a essas crianças portadoras de necessidades especiais.

Por meio das observações e entrevistas nessa escola, são observadas questões importantes que nos fazem refletir á respeito da inclusão. Uma delas é o empenho da escola em estar buscando possíveis formas de realizarem o processo de inclusão que surtam efeitos positivos. E como a escola vê a inclusão como algo importante e que a escola tem que se preparar para isso.

A coordenação faz um trabalho que objetiva a inclusão, um deles é a construção do projeto político pedagógico voltado para o numero significativo de alunos com necessidades especiais, pois há preocupações como em manter turmas pequenas para a facilitação do trabalho do professor. Sabemos que mesmo com falta de recursos oferecidos pelo governo,

quando a escola se interessa e se dedica em encontrar caminhos para a melhoria do seu ensino, contribui também para o processo de inclusão.

Os professores e a coordenação relatam que os resultados obtidos no processo de inclusão são positivos, pois as crianças estão se desempenhando melhor e os profissionais também ganham experiências com isso e se sentem realizados em estarem cumprindo o seu papel.

3.2.2- CIEP 237 (Jornalista Wladimir Malheiros)

O CIEP 237- Jornalista Wladimir Malheiros está situado no bairro do Paraíso em São Gonçalo e funciona em um prédio com estrutura nos moldes de CIEPs da rede pública de ensino, possui um espaço amplo composto por diversas salas e funciona em horário integral. A escola atende às crianças da comunidade local e dos bairros adjacentes inclusive os portadores de necessidades especiais, a maior parte da sua clientela é pertencente à classe baixa. Suas turmas são organizadas em classes especiais e classes inclusivas. O funcionamento em tempo integral facilita o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais em sala de recursos, devido ao horário ser mais flexível. O fato de ter um número significativo de alunos especiais, caracteriza a escola no bairro onde está inserida, como a que tem condições de receber e incluir portadores de necessidades especial. A estrutura física da escola proporciona uma possível facilidade para receber alunos com necessidades especiais físicas, pois possui rampas de acesso em todo o prédio.

As observações em salas de aula foram realizadas em turmas inclusivas, com alunos de várias necessidades especiais, embora não tenha sido presenciados alunos com deficiências como cegueira, surdez, nas salas inclusivas, pois esses alunos freqüentavam as classes especiais. Foram observadas, dificuldades encontradas por parte das professoras em lidar com esses alunos que requeriam uma atenção especial, pois enquanto uns participavam das atividades, outros não conseguiam acompanhar, o que levava a única professora presente na sala a estar criando e passando atividades diferentes para os que tinham alguma necessidade especial, o demandava tempo e atenção diferenciada.

Um dos problemas relatado pela professora era o fato de alguns alunos serem acomodados perante a sua necessidade especial, tornando o quadro mais complicado, pois

muitas vezes não sabiam até que ponto era a falta de interesse do aluno ou se era realmente parte de sua dificuldade enquanto especial. A fala de uma das alunas especiais era de que não gostava de fazer as atividades passadas pela professora, pois eram chatas, e que sabia que não iria passar de ano mesmo, porque era maluca mesmo.

Em um dos dias de observação, um episódio que despertou a atenção, foi a separação dos alunos especiais dos ditos normais, onde os especiais ficaram no final da sala. A fala de um dos meninos especial era que ele não era bicho pra ficar isolado dos outros. No primeiro momento a fala impactou a professora, mas logo após agiu com naturalidade diante da situação. E o aluno reagiu não querendo fazer nada mais durante a aula, somente olhava para seus colegas. Como afirma Costa (2007), a oportunidade de convívio com colegas sem deficiência oportuniza ao aluno com deficiência percebe-se como indivíduo, capaz de se desenvolver em suas diferentes dimensões, como a social, psíquica, biológica, econômica e espiritual.

Essa situação nos leva a refletir sobre os problemas da inclusão, pois muitas das vezes presenciamos cenas de supostas exclusões, não culpando a professora, mas sim como tem sido encarada a questão da inclusão. Pois vemos muitas das vezes a falta de preparo da escola e principalmente dos professores em estar recebendo esses alunos em sua sala. Esses se vêm perante situações em que não conseguem administrar, principalmente em uma turma de quase 30 alunos e com apenas uma professora para atender a todos em suas particularidades. Melo (2007), diz que sabemos que a nossa falta de formação nos leva a recuar diante das dificuldades, somos deficientes na capacidade de refletir e de privilegiar as atividades que desenvolvam o pensamento reflexivo. Separar o diferente é mais fácil.

Desse modo, vemos a partir das falas da professora o quanto se vê despreparada para a inclusão, pois reconhece que esse é um processo que cobra uma mudança no sistema educacional e principalmente nas práticas docentes. E mudar a sua prática é uma questão difícil, que envolve preparo e dedicação.

Nessa mesma escola, conversando com uma outra professora que também está diante dessa situação de falta de preparo, percebe-se que sua suposta concepção de deficiência vai mais além de questões escolares, pois relatava que para ela essas crianças nem deveriam nascer assim com “defeito”, mas que se existem tem que se fazer algo para ajudar. Para essa professora, lidar com a inclusão é algo muito difícil, tem que ter dom e que esse ela não tem, não está preparada para isso.

Durante as aulas, as crianças que tinham algum tipo de necessidade especial, ficava a parte sem fazer “nada”. Dizia não saber o que fazer com elas, então deixava fazer o que queriam, enquanto os outros faziam as atividades. Percebemos por meio de situações como essas relatadas, como se faz necessário pensar melhor na nossa educação e principalmente a inclusiva, como tem que se rever essas práticas cotidianas.

Ver as necessidades especiais dos alunos atendidas no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades. (SEESP/MEC,2007. p. 58)

Desse modo, para que realmente a inclusão aconteça é necessário um maior engajamento em prol da adequação da escola para receber e atender as peculiaridades de seus alunos, respeitando as suas diferenças sejam elas culturais, sócias, étnica ou educacionais, como o caso dos portadores de necessidades educacionais especiais. Mas infelizmente não é o que temos presenciado em nossas escolas.

No relato da coordenação pedagógica, a escola é muito aberta para a inclusão e isso faz com que os pais á procure para matricular seus filhos com necessidades especiais. Realiza um trabalho conjunto com a sala de recursos, que atendes a esses alunos especiais. E o projeto político pedagógico também está voltado para a inclusão não apenas dos portadores de necessidades especiais, mas para raça, religião, pois segundo a coordenadora pedagógica, todos são incluídos, então há uma preocupação com todos os alunos envolvidos no ensino aprendizagem. E quanto aos resultados, segundo a escola são em sua maioria bons e significativos, pois os alunos apresentam melhoras em seu desempenho.

3.2.3- CIEP 236 (Profº Dejair Cabral Malheiros)

O CIEP-Dejair Cabral Malheiros, também está localizado no bairro Paraíso em São Gonçalo.Com sua estrutura ampla, que traz consigo rampas de acesso ao prédio e várias salas de aula e de suportes pedagógicos e administrativos.Atende uma clientela do bairro e das proximidades, e uma de suas marcas é a inclusão de alunos portadores de necessidades

especiais. Assiste a uma população de classe baixa, que procuram a escola principalmente por se tratar de um referencial na cidade de São Gonçalo no que se refere á inclusão.

A escola funciona em horário integral, e suas turmas são constituídas por classes especiais e classes inclusivas, os alunos portadores de necessidades especiais recebem atendimento em sala de recursos. O trabalho da escola é voltado para a questão da inclusão, o que leva a desenvolverem projetos com alunos, pais, professores e funcionários para uma maior desenvoltura na educação desses alunos especiais.

São oferecidos cursos de capacitação para todos os professores, principalmente com relação à inclusão. Na escola funciona o NAPES, já citado anteriormente, que oferece essas capacitações e também o CAP⁶, que confecciona materiais em Braille para alunos cegos e de baixa visão, embora sejam instituições estaduais, auxiliam o município que é beneficiado com materiais. Diante desse cenário voltado para o atendimento de alunos com necessidades especiais e pessoas que trabalham e fazem parte da inclusão, a escola recebe influências para estar se aperfeiçoando a cada dia em prol de uma inclusão de verdade.

Uma das observações foi realizada em uma turma de inclusão, onde se encontravam alunos de várias idades, dos menores até os de mais de 20 anos, e por se tratar de uma turma bem mista quanto à idade, se mostram muito agitados. Um dos alunos especiais era hiperativo, e andava a sala inteira durante a aula, o que levava os outros a também se agitarem. Não ficavam em seus lugares o que deixava a professora nervosa e a tomar atitudes perante toda a turma.

Outras deficiências eram presentes como síndrome de down, autismos e outras mais, o que fazia a sala ser mais movimentada, e quanto à metodologia de ensino utilizada pela professora, era passar atividades diferenciadas para alguns alunos que tinha necessidades especiais e que não conseguiam acompanhar o restante da turma. Mas se tratava de uma turma difícil de ser administrada diante da diversidade de alunos que precisavam ser atendidos em suas particularidades. Pois de acordo com Glat Pletsch e Fontes (2007), a inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. Dessa forma, para que a inclusão ocorra de fato, é necessário que o aluno incluído esteja envolvido no ensino aprendizagem como os demais.

⁶ Centro de apoio pedagógico.

Ao acompanhar aquelas aulas, percebia-se o quanto era difícil para aquela professora lidar com a questão da inclusão todos os dias, pensar atividades diferentes, “controlar” a turma e no final cumprir o seu papel de ensinar o conteúdo programático. De forma que todos os alunos aprendam independentemente do fato de ser especial ou “normal”. E como a questão da indisciplina prejudicava o rendimento das aulas. Essas questões nos levam a pensar e a se colocar no lugar de um aluno portador de necessidades educativas especiais, que já está rotulado pela sociedade, pela família e pela a escola como problemático, e como isso vai influenciar em sua vida, pois se vê muitas das vezes como incapazes de estudarem e avançarem na construção do conhecimento, fazendo com que desacreditem em si próprio.

Principalmente se tratando de uma turma com um quantitativo significativo de alunos com idades avançadas em relação á série a qual estavam cursando, o que desmotiva a quem quer continuar a estudar, então não tendo sentido aquele ambiente começam a fazer coisas que chamem a atenção numa tentativa de serem percebidos.

Numa conversa com a professora, relatava da dificuldade em ter alunos especiais em classes regulares, pois embora ache que a inclusão seja algo importante, diz ser pena o fato de todos não estarem preparadas para isso. A começar pela a família, que muitas das vezes nem aceita a dificuldades de seus filhos e que acaba dificultando no trabalho a ser desenvolvido pela escola.

Em uma outra turma observada, os alunos eram pequenos, e tinham incluídos alguns alunos com necessidades especiais, mas que não estavam freqüentando regularmente, apenas dois estavam nas aulas observadas. Um deles era autista, e não falava devido à deficiência, esse ficava apenas desenhando enquanto os demais avançavam no alfabeto. Embora a professora tenha mostrado o seu caderno com algumas atividades que eram passadas para ele fazer e que estavam feitas. O trabalho na sala de aula com alunos incluídos demanda preparação por parte do professor que está à frente da turma.

É importante que o professor esteja procurando recursos para trabalhar com seus alunos, como buscar em cursos de capacitações, pesquisas em livros internet e participar de eventos que discutam a questão da inclusão, para estarem se aperfeiçoando. E as professoras que tive a oportunidade de esta conversando, disseram se preocupar com essa busca do conhecimento a respeito das deficiências e a importância da escola também estar incentivando

e realizando capacitações para esses fins. E quando há realmente uma parceria entre os professores, a coordenação e a família o trabalho se desenvolve melhor.

Quanto ao trabalho da escola, foi relatado por parte dos professores, ser um bom trabalho, onde se sentem amparados pela escola, que busca a melhoria do ensino, principalmente com uma atenção especial para os alunos portadores de necessidades especiais. E com isso os resultados são gradativos, porém significativos. O que faz a comunidade procurar a instituição que é referência no atendimento desses alunos especiais.

Dessa forma, a pesquisa nas escolas, trouxe reflexões a respeito da inclusão nas práticas cotidianas, e podemos perceber que embora em as tantas dificuldades que as escolas públicas enfrentam, com relação à falta de recursos, o grande número de alunos, professores desmotivados com a precariedade de seu ambiente de trabalho e do seu salário. Esses profissionais da educação ainda então empenhados para que a educação aconteça de fato, e se tratando dos portadores de necessidades especiais, mesmo que declarem estarem despreparados, buscam recursos para trabalharem com esses alunos.

A escola reconhece a importância da inclusão, e a maior parte da comunidade vê como algo positivo, mas em sua maioria reconhecem que as nossas escolas e os seus profissionais ainda não estão totalmente preparados para que de fato ocorra a inclusão por completo e que esses alunos que apresentam dificuldades alcancem com sucesso a educação que é para todos. Percebe-se nas falas das professoras de um modo geral que não estão completamente preparadas, mas que buscam se preparar. Pois o conhecimento é construído a cada dia, e nunca se finda, pois sempre nos surpreendemos com algo novo, por isso a importância de se estar buscando saber mais.

E quando presenciamos o interesse por parte dos envolvidos no processo de inclusão em estar melhorando a cada dia para que a inclusão aconteça, pode ser o primeiro passo perante a nossa educação que tem se apresentado tão complexa e cheia de problemas a serem pensados para que se chegue a possíveis soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico chega a sua finalização marcado por experiências que levaram a reflexões e contribuições na construção do conhecimento. Sua proposta focalizou em saber como estava acontecendo o processo de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na teoria e na prática.

O início do trabalho traz uma breve abordagem histórica dos portadores de necessidades especiais ao longo dos séculos, e como as mudanças vão ocorrendo na sociedade até se chegar à idéia da inclusão que traz grandes discussões até os dias de hoje. Para isso são utilizados autores que tratam dos princípios da educação inclusiva no Brasil, abordando a questão das classes especiais e classes inclusivas, como que com o passar do tempo, essas vêm se constituindo e dos desafios enfrentados diante da reformas.

A utilização de documentos tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração de Salamanca, as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), norteou o trabalho no sentido da legalização da educação de portadores de necessidades especiais em nosso país, sendo esses de construção nacional e internacional.

Para o estudo de caso, foi escolhido o município de São Gonçalo, que parte de um levantamento sintético da proposta de inclusão por meio de documento como o Plano Municipal de educação de São Gonçalo do ano 2004, que traz dados da educação de portadores de necessidades especiais, que vai situar as condições do município quanto a essa modalidade de ensino.

A metodologia utilizada no trabalho foi à pesquisa de campo que teve como proposta observações em salas de aula inclusivas, conversas com a equipe escolar, professores, coordenação pedagógica, alunos e serventes que de alguma forma estão envolvidos com a inclusão, embora não tenha sido uma tarefa fácil entrar nas escolas para realizar essa pesquisa, aqueles que participaram contribuíram significativamente para a elaboração do trabalho final.

Entrar em uma instituição escolar com uma proposta de observação e entrevista mexe com as pessoas, principalmente se tratando de um assunto que ainda traz medo e insegurança para a maior parte dos profissionais da educação, que lutam consigo mesmo e com o sistema de educação pela melhoria da educação inclusiva. Por isso foram encontradas algumas

dificuldades em estar na sala de aula juntamente com professor observando o dia a dia daquela turma e suas atitudes diante de situações que se apresentavam envolvendo principalmente a inclusão. As entrevistas também assustaram alguns professores que preferiram não estar participando na exposição de suas idéias, mas foram respeitados em sua posição.

O foco central na pesquisa foi proposto inicialmente pela organização do projeto político pedagógico das escolas e a prática cotidiana escolar com relação à inclusão dos portadores de necessidades especiais, mas no seu decorrer se empenhou mais na prática cotidiana, pois a dificuldade de estar em contato com o projeto político pedagógico se apresentou durante a pesquisa, onde somente foram ouvidos relatos de sua organização por meio das entrevistas realizadas. Mas que auxiliaram bastante na reflexão acerca da proposta de inclusão das escolas.

A falta de tempo também dificultou um pouco uma maior inserção nas escolas para obtenção de mais dados que poderiam estar presentes nesse trabalho, no sentido de uma investigação maior e mais demorada em maior quantidade de turmas para entender ainda melhor o contexto da escola.

Este trabalho não teve o intuito de julgar os erros e acertos das práticas cotidianas relatadas das escolas estudadas na amostra, mas de estar trazendo reflexões que nos levam a pensar melhor como essas estão acontecendo. Pois se observa ao decorrer da pesquisa de campo que supostamente a estrutura da educação inclusiva ainda está sendo precária, pois se sabe que para que seja modificado um esquema de ensino, tem que haver uma mudança significativa em todo o sistema educacional, para refletir e beneficiar as escolas. E no contexto educacional onde estamos inseridos, se apresentam um mar de problemas como falta de verbas para que as escolas tenham uma boa estrutura física, falta de materiais pedagógicos, sem falar nos baixos salários dos profissionais da educação que na tentativa de serem melhores sucedidos buscam trabalhar em diversas escolas, o que de certa forma acaba prejudicando a sua formação e atenção aos seus alunos.

E quando se trata de uma turma onde estão incluídos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, é necessário uma maior dedicação quanto a formação, como busca de especializações, e dedicação as particularidades de seus alunos para que seja um mediador do ensino- aprendizagem e contribua para a sua formação enquanto sujeito pertencente a essa sociedade. Essa busca por capacitações se fez presente nos discursos das escolas estudadas, se

percebe que os professores e a coordenação vêem a importância de estar se atualizando e buscam coletivamente e individualmente para saber lidar com as situações de inclusão.

As escolas observadas se mostram empenhadas na busca pela inclusão, desenvolvem projetos com os alunos, professores, funcionários e família para que o trabalho se desenvolva melhor com a participação de todos. Mas, embora as escolas saibam da importância da inclusão, reconhecem que ainda não estão totalmente preparados para que a inclusão ocorra por completo. Principalmente os professores que se mostram inseguros diante do trabalho com a inserção de alunos portadores de necessidades especiais em sua sala de aula, mas buscam recursos que auxiliem em seu trabalho.

Por meio desse trabalho vemos que a discussão acerca da diferença e da inclusão está a cada dia se expandindo por meio de documentos, discursos teóricos, revistas, jornais, internet e mídia, pois a sociedade está em uma busca incessante pela igualdade de direitos e de reconhecimentos, mas as práticas cotidianas principalmente em nossas escolas demonstram que ainda temos que trabalhar bastante para que isso se concretize de fato. Essa não é uma tarefa fácil, pois demanda tempo e mudanças no âmbito do sistema educacional que refletiam nas práticas escolares inclusivas. Mas é de fundamental importância o empenho dos educadores na busca pela melhoria da educação e principalmente a inclusiva, para que possamos atingir uma educação para todos sem distinção, que tenhamos o acesso, a permanência e a qualidade do ensino em que todos tomem proveito disso.

Esse trabalho não se extingue aqui, pois abre novos horizontes que poderão vir a ser estudado no âmbito da educação inclusiva, com uma análise mais profunda de dados desses alunos que estão incluídos em salas regulares, como laudos médicos e pedagógicos que digam quais são realmente as suas dificuldades educacionais, contato com as famílias desses alunos e o acompanhamento durante o ano letivo de seus avanços e possíveis estagnações relativas ao ensino-aprendizagem numa proposta de estudo que caso. Para o conhecimento das práticas e de seus resultados no campo da educação inclusiva continue a ser construído, divulgado e que traga reflexões e novas ações.

Referências bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação Inclusiva: A Escola. v 3. Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade. Secretaria de Educação Especial, MEC. Brasília, 2004.

_____. Educação Inclusiva: A Família. V 4. Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade. Secretaria de Educação Especial, MEC. Brasília, 2004.

BLATTES, Ricardo Lovatto. Direito à Educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. 2 ed. MEC/SEESP. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF.

_____, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC, 2001.

_____, Plano Municipal de Educação de São Gonçalo, 2004

_____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. MEC/SEESP. Brasília, 1998.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. MEC. Brasília, 1997.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução. Secretaria de Educação Especial, MEC Brasília, 2006.

CORDE. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF, 1994.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. Educação Especial. V.1. Fundação CECIERJ. Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, Valdelúcia A. Educação Escolar Inclusiva: Demanda por uma sociedade democrática. Cadernos de Educação Especial, UFSM-RS, v 22.2004.

_____. Políticas Públicas em Educação no Brasil: Experiências de formação continuada de professores para a inclusão. Revista eletrônica do grupo Aleph-Faculdade de Educação-UFF, v.10,2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 de ago de 2008.

EDLER, Carvalho Rosita. A Nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro. Ed. WVA. 1997.

FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? In Revista da Educação Especial. Out de 2005.

FRANCO, Monique Mendes. Os PCN e as adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais: Um debate. In Teias Revista da UERJ -Faculdade de Educação. Currículo, cultura, cidadania. n 2. Jul/dez, 2000.

FONTES, Rejane de Souza; GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta á diversidade. Revista Educação-Dossiê: Educação Inclusiva, V. 32, Nº2, Santa Maria/RS. ISSN. 2007.

GLAT, Rosana; FERREIRA, Júlio Romero. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003.

MACHADO, Kátia da Silva. A prática da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classe regular: um estudo de caso com abordagem etnográfica. 106 f. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão promove a justiça. Nova Escola, n. 182. Maio de 2005. Entrevista.

MELLO, Ruth Ramiro de. Projeto Político Pedagógico: Uma experiência instituinte em São Gonçalo-RJ. 124 f. dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação, Niterói, 2008.

ROTH, Berenice Weissheimer. Experiências Educacionais Inclusivas. Programa Educação Inclusiva: direito á diversidade. MEC/SEESP, 2006.

SANTOS, Maria da Glória Schaper dos. Educação Especial. v 2. 2ª ed Fundação CECIERJ/RJ, 2005.

SARTORETTO, Maria Lúcia Madrid. Inclusão: Teoria e prática. In Ensaio Pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. MEC/SEESP, Brasília, 2006.

SEESP/MEC. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para construção de escolas inclusivas. Brasília, 2005.

_____. Saberes e práticas de inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento ás necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. 2ª ed. Brasília, 2006.

ANEXO A

ENTREVISTAS COM A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Nome: Maria Estela

Função: Coordenadora pedagógica

Instituição: Ciep-236 (Profº Dejair Cabral Malheiros)

1-Como a escola vê a inclusão?

R.A escola vê a inclusão como uma via de mão única agora,porque não teria volta. E não é um processo fácil, dá medo e muitas das vezes parece muito fácil, mas não é. Um caso não é igual ao outro então não tem receita de bolo e cada aluno deve ser olhado na sua individualidade e o tentamos passar para os professores que tente enxergar o que ele tem de potencial. Um exemplo foi agora na aula que eu tirei um aluno porque vi que ia dar problema, então agente tem que olhar caso a caso pra ele não pensar que está sendo excluído e a idéia não era essa e sim prevenir. O que eu falei para ele e que tirei da sala para preservar, porque se ele continua brigando com outro agente não ia conseguir conter mais e seria um problema maior. Então agente vê a inclusão como um processo que esta começando, apesar do marco inicial ter sido lá em 94 com a Declaração de Salamanca, há 14 anos atrás, mas que é um processo que esta começando e eu acredito que não vou vê completamente estalado porque acho que ainda vai demorar um bom tempo, até mesmo porque envolve mudança de conduta, de comportamento de pais, professores, alunos , mas é um projeto viável .

2- Qual é o trabalho da escola em relação à inclusão?

R. Essa pergunta se funde na outra do projeto político pedagógico, então vou responder junto.

3- O projeto político pedagógico tem algum destaque para essa inclusão? Como está organizado?

R. Está tudo previsto no projeto político pedagógico, a gente sabe que é complicado porque as turmas tem em média de 30 a 40 alunos, então uma preocupação nossa foi no ppp garantir turmas com média de 20 alunos e não é fácil diante da carência de professores, mas a gente mostrou que era necessário ter um número reduzido para não ser preciso ter outro professor junto . E nessas turmas de até 20 a legislação prevê 10% de alunos com necessidades especiais em cada turma e da mesma deficiência, mas a gente não consegue isso aqui por termos uma turma de cada, então em uma mesma turma a gente vai ter 2,3 deficiências incluídas e um número menos facilita o processo. O aluno portador de necessidades especiais tem o apoio da sala de recursos que é direito dele está previsto na legislação que teria um atendimento pedagógico fora do horário do seu turno e que tente dar vazão a essa necessidade dele e não é uma aula de reforço, voa ser trabalhadas questões que estão sendo de dificuldade em sala de aula, mas de forma concreta. E a gente pede para que os professores não esperem deles o mesmo desempenho dos demais alunos porque senão eles não seriam especiais.

O projeto político pedagógico prevê essas turmas reduzidas e todos os alunos que estão incluídos e os das classes especiais que a gente ainda tem , mas sabemos que a tendência é não ter mais um dia, mas a gente tem alunos que vemos que não tem condição de inclusão ainda . Nós vemos as classes especiais não como depósito e sim para prepara-los para serem incluídos. A escola como é em horário integral desenvolve atividades ao longo do dia como educação física, vídeo, sala de leitura, recreação, estudo dirigido, além disso os com necessidades especiais vão para a sala de recursos . A gente promove através do NAPES que é uma equipe do estado que oferece cursos de formação continuada para os professores, por mês eles tem pelo menos 4 horas de capacitação, esse é um projeto do CIEP 236,mas a secretaria também manda outros cursos .

4- Como a coordenação, os professores e funcionários se envolvem nesse trabalho?

R: A gente costuma dizer que quem trabalha aqui tem que ser especial também, porque é um desafio. Eu cito sempre o evento de uma professora que uma vez um aluno chegou aqui e tinha baixa visão e ela era professora da 3ª série e brinquei que tinha um presente para ela, ele não tinha deficiência mental, apenas baixa visão. Ela nunca tinha trabalhado com alunos de baixa visão, e ela foi vendo que era possível, foi buscando recursos e no final do ano foi interessante que ela veio e falou para mim que ia me dar um presente.

Então o professor hoje que não aceita o aluno com necessidades especiais na sala tem que buscar outra profissão, porque como falei no início é uma via de mão única e se o professor não está preparado tem que buscar e a gente faz com que eles busquem através da formação continuada. Assim também como os funcionários, demos uma mensagem para todos os educadores, a gente não separou professor de funcionários, mas é claro que um ou outro vai haver resistência, de vez enquanto acontece uma queixa ou outra, mas a gente chama o profissional e conversa, porque isso as vezes é da própria pessoa. Já teve uma professora que também tinha formação em psicologia, mas que não conseguiu ficar, não agüentou trabalhar com inclusão, porque se envolvia nos casos. É claro que a gente também se envolve, sente pena, mas sabemos que isso não vai ajudar, tem horas que temos que ser duras com os pais, porque a tendência é proteger. Então a gente tenta conversar para que possa estruturar esse trabalho que fazemos aqui.

5- E quanto aos resultados?

R: No segundo segmento é muito complicado, porque até o 5º ano é um professor só então ele tem um envolvimento maior com a turma, pois está diariamente com a mesma turma. Já nas demais séries são vários professores entrando e saindo, e fica mais difícil o controle. Mas o professor pode estar vindo aqui para fazer formação continuada que é muito importante. O resultado não é 100%, mas estamos caminhando. Tivemos um aluno que era cego e que agora está fazendo faculdade de psicologia e passou em primeiro lugar e agora está estagiando com gente aqui. Isso gratifica, porque não se consegue 100%, mas só de estar conseguindo com que eles continuem estudando. Com esses alunos saem daqui nos conversamos com os pais

para que continuem o atendimento na sala de recursos para manter esse elo. E encaminhamos para escolas próximas daqui para que o contato seja mais fácil. Mas é um trabalho complicado e difícil, mas o pouco que se consegue vale a pena.

Nome: Graça Siqueira

Função: Coordenadora pedagógica e professora da sala de recursos

Instituição: Ciep-237 (Jornalista Wladimir Malheiros)

1-Como a escola vê a inclusão?

R: A escola é muita aberta, e nós somos muito procurados, porque sabem que fazemos o trabalho há um bom tempo. E a escola trata isso com uma certa naturalidade. Com isso as pessoas que tem filhos com necessidades especiais vem para matricula-los, pois reconhecem o trabalho.

2- Qual é o trabalho da escola em relação à inclusão?

R: Além de o aluno estar incluído em uma turma regular, temos o trabalho da sala de recursos que faz o apoio a essa inclusão, atende esses alunos semanalmente com horário marcado, onde é feito um trabalho mais especifico. Fora isso temos também as turmas de classes especiais, que é feito um trabalho com elas para estar incluindo esses alunos mais tarde.

3- O projeto político pedagógico tem algum destaque para essa inclusão? Como está organizado?

R: No projeto político pedagógico tem todo um processo visando essa inclusão . O projeto se organiza pensando que não fazemos apenas inclusão de alunos com deficiência , temos todo o tipo de inclusão, da raça, da religião, então nesse projeto já há uma organização para estar aprendendo e dando oportunidade á todos o alunos .

4- Como a coordenação, os professores e funcionários se envolvem nesse trabalho?

R: Normalmente tudo que chega a escola relacionado à inclusão é direcionado para mim, porque sou responsável por essa área , então eu analiso se é preciso encaminhar se for precisar de um outro atendimento, chamar a família, e depois eu passo essas orientações para a escola para que de certa forma a gente vá organizando o trabalho. Para que todos fiquem a parte dos assuntos relacionados à inclusão.

5- E quanto aos resultados?

R: De um modo geral a gente tem tido bons resultados, as crianças vem para a sala de recursos, e o professor às vezes está perdido no que fazer e rápido a gente consegue organizar isso e trabalhar junto com o professor. E o aluno começa a apresentar alguma melhora e a gente vai caminhando com esses resultados e que no modo geral tem sido bom.

Nome: Isabela

Função: Coordenadora pedagógica e professora da sala de recursos

Instituição: Jardim de infância Menino Jesus.

1-Como a escola vê a inclusão?

R: A inclusão é algo muito importante, quando ocorre de fato. Se o trabalho for bem feito com a participação dos profissionais e da família, que é peça fundamental para o tratamento, pois muitas das vezes os pais não aceitam a deficiência do seu filho e com isso não realiza os procedimentos necessários para auxílio na inclusão. Mas a escola vê a inclusão como um desafio e para isso se busca bastante para saber lidar com esses alunos.

2- Qual é o trabalho da escola em relação à inclusão?

R: A escola comporta os alunos especiais em turmas regulares, e esses alunos são atendidos e acompanhados pela sala de recursos, onde se realiza o trabalho em que três professoras participam, são trabalhadas de diversas formas as dificuldades apresentadas. Para a criança participar do atendimento é necessário um laudo médico que divulgue sua deficiência, para a partir daí ser organizados recursos para serem desenvolvidos. Mas a questão do laudo também é problemática, pois muitos pais não aceitam levar seus filhos ao médico para essa avaliação, devido muitas das vezes não aceitarem a deficiência.

O atendimento na sala de recursos é direcionado as crianças da própria escola e também de outras escolas que não possuem esses recursos. Cada criança é atendida em média por meia hora, onde são realizadas atividades que auxiliem em seu desenvolvimento social, psicológico e no processo de aprendizagem. Nós também fazemos encaminhamentos para fonoaudiólogos, psicólogos e outros dependendo da necessidade do aluno.

3- O projeto político pedagógico tem algum destaque para essa inclusão? Como está organizado?

R: O projeto político pedagógico destaca para a inclusão principalmente para se manter turmas pequenas para que os professores possam trabalhar com essas crianças melhor. Projetos também a serem desenvolvidos com os alunos, pais e professores voltados para a inclusão.

4- Como a coordenação, os professores e funcionários se envolvem nesse trabalho?

R: Todos se envolvem neste trabalho de inclusão, se preocupam e atender melhor essas crianças, participam de capacitações e reuniões onde são orientados para esse trabalho.

5- E quanto aos resultados?

R: Os resultados são bastante significativos, podemos ver o desempenho de nossas crianças e até mesmo o nosso, e isso nos deixa mais felizes, pois estamos cumprindo o nosso papel.

ENTREVISTAS COM PROFESSORES

Nome: Lucimar

Função: Professora

Instituição: Jardim de Infância Menino Jesus

Tempo que trabalha com inclusão: 9 anos

Formação: 2º grau Normal e superior em Comunicação Social

1-O que você acha da inclusão?

R: Eu acho de um lado positivo e do outro negativo, porque toda criança tem o direito de estar dentro da escola como você viu na sala de aula a importância deles e até mesmo pela lei, mas o lado negativo é que falta pessoas mais especializadas, o governo deveria oferecer mais recursos como: fônon, psicoterapia, terapia ocupacional, porque essas crianças precisam de um acompanhamento.

Eu acho as coisas muitas das vezes utópicas, o governo diz que essas crianças tem que estar dentro da escola, mas será que a escola esta realmente preparada para receber essa criança.

O que eu sempre falo é que tem que gostar do que esta fazendo e não fingir que esta trabalhando, porque esta dentro de sala de aula com essas crianças não é deixá-las em um canto jogadas e sim trabalhar com elas.

Tem um aluno que eu ainda não estou conseguindo trabalhar com ele , porque ele ainda não se concentra, não olha para o papel, então barulhos e sons são as únicas coisas que desperta ele, porque ele é estimulado com a televisão em casa. Mas ele esta trocando de medicamento para ver se ameniza essa dificuldade, e para lidar com essas situações é preciso ter recursos e pessoas especializadas para isso, mas é muito importante a inclusão.

Antigamente a gente não via muito essas crianças nas escolas em alguns ambientes como nas escolas, elas viviam escondidas em suas casas, hoje em dia já vemos um grande números de crianças especiais na rua, nas escolas e até na mídia. E só agora podemos ver mobilizações para adaptações por exemplo para subir em ônibus, em calçadas e outras coisas mais.

E com a inclusão, a chegada dessas crianças na escola e a parceria foi se tornando melhor.

Aqui na escola nós fazemos encaminhamentos para neurologista, fonoaudiólogo, porque muitas das vezes os pais ainda são leigos e não sabem para onde correr, não sabem o que fazer com a criança. Existem aqueles pais esforçados que correm atrás, mas também existem aqueles que não estão nem aí.

Nós lidamos com diversas situações e por isso temos que está sempre estudando e pesquisando os casos para tentar saber lidar com cada um.

2- Você se sente preparada?

R: No início eu não estava preparada, eu tive meu primeiro aluno especial assim que cheguei na escola e ele era autista e tinha um comportamento de estar subindo nas coisas, ficar na janela gritando e puxando os cabelos e eu sem saber o que fazer com ele, eu dizia que não iria conseguir trabalhar com essa criança. Só depois com informações sobre a família que descobrimos que os pais eram separados e ele vivia com a mãe que trabalhava e o deixava com a empregada que deixava sentado dentro de um quarto trancado vendo televisão o tempo todo sem ter contato com ninguém, então quando ele via aquela quantidade de crianças falando, ele ficava gritando e as crianças ficavam assustadas co ele e saiam correndo da sala.

Elas assim como eu, não estavam preparadas para receber ele, eu não havia conversado com eles, porque nem eu sabia com era o comportamento dele e também fiquei muito assustada . No início foi muito difícil lidar com essas crianças , mas agora eu me sinto mais preparada, não totalmente porque á vida é sempre uma surpresa e a gente aprende com cada um por causa da troca e com isso eu me sinto muito mais preparada do que no início

3- Você busca recursos para trabalhar com essas crianças?

R: Eu busco bastante em internet sobre os casos, principalmente agora que estou na sala de recursos e que tenho que saber um pouquinho de cada coisa.

4- O que você acha do trabalho da escola?

R: A escola nos apóia muito, porque ela se preocupa em estar oferecendo capacitações para os professores e funcionários para que saibamos lidar melhor com essas crianças.

5- E quanto aos resultados?

R: Os resultados às vezes nos surpreendem, mas a família e a escola têm que estar unida para ele ocorra, não basta só nós fazermos alguma coisa se a família não leva para tratamento, não impor limites o trabalho fica prejudicado. Mas no geral os resultados são bastante significativos e é muito gratificante para nós sabermos que pudemos participar daquele desenvolvimento.

Nome: Cláudia

Função: Professora

Instituição: CIEP 236

Tempo que trabalha com inclusão: 3 anos

Formação: Pedagogia

1-O que você acha da inclusão?

R: A inclusão acontece de fato quando a escola oferece apoio, como é o caso daqui que tem salas de apoio pedagógico, sala de recursos, a preocupação com o numero reduzido de alunos em cada sala, porque assim ocorre a inclusão. A inclusão é muito importante.

2- Você se sente preparada?

R: A preparação na minha opinião só vem com a prática, porque cada aluno é um caso diferente do outro, então para cada um tem que haver uma preparação diferente e vamos obtendo experiências. Com isso nunca estamos totalmente preparados.

3- Você busca recursos para trabalhar com essas crianças?

R: Pesquiso bastante e participo das capacitações oferecidas pela escola, porque temos que estar sempre estudando para melhor atendê-los.

4- O que você acha do trabalho da escola?

R: Eu acho o trabalho daqui muito bom, apesar de toda dificuldade por ser uma escola estadual, tanto a direção como os professores funcionários nos dão muito apoio e disponibilizam material para trabalhar e no que a gente precisa eles procuram ajudar. A escola é boa, focaliza bastante o aluno e que procura envolverem em atividades atrativas e eles

gostam bastante e nos professores também sempre envolvidos em cursos e tendo um espaço aberto para os nossos comentários.

5- E quanto aos resultados?

R: Eu acredito que os resultados sejam bons , até mesmo pela procura que temos aqui dos novos alunos que vem a escola aqui como ponto de referência , mas a gente busca sempre melhorar porque cada aluno é de um jeito, cada ano é um novo desafio.

Nome: Luciana

Função: Professora

Instituição: CIEP 236

Tempo que trabalha com inclusão: 3 anos

Formação: 2º grau normal (pedagógico)

1-O que você acha da inclusão?

R: Eu acho muito importante porque todas as pessoas têm o direito de ter acesso a todas as coisas, e a gente tem que estar sempre trabalhando de forma que as pessoas possam se integrar nos diversos ambientes, inclusive na escola.

2- Você se sente preparada?

R: Eu acho que a inclusão é cada dia um desafio então você tem que estar buscando e se preparando porque a cada dia você se depara com uma situação diferente.

3- Você busca recursos para trabalhar com essas crianças?

R: Eu estou sempre buscando em revistas, internet , cursos de capacitações e sempre estou participando de tudo relacionado a inclusão para melhor atender aos meus alunos.

4- O que você acha do trabalho da escola

R: Eu acho um trabalho muito bom e as pessoas estão sempre dispostas a nos ajudar e estão sempre buscando mais , todos participam dos cursos e o que um aprende passa para o outro para ajudar no trabalho da escola.

5- E quanto aos resultados?

R: O resultado é gradativo, muitas das vezes não é imediato porque cada criança tem o seu tempo e avança de uma determinada maneira , então muitas das vezes vemos até mesmo nos ciclos seguinte. Mas é muito gratificantes trabalhar com essas crianças e saber que de alguma forma podemos ajudá-las e isso me faz até uma pessoa melhor.

Nome: Marilene

Função: Professora substituta

Instituição: CIEP 237

Tempo que trabalha com inclusão: Bastante tempo

Formação: 2º grau normal

1-O que você acha da inclusão?

R: A inclusão é algo complicado. Colocar essas crianças especiais que precisam de uma atenção especial junto com as outras é difícil em uma sala de aula. Mas é importante o contato dessas crianças com as demais para se desenvolverem melhor.

2- Você se sente preparada?

R: Não me sinto preparada, pois para mim isso é dom, e eu não tenho.

3- Você busca recursos para trabalhar com essas crianças?

R: Eu nem sei como agir diante dessa situação, eu não sei trabalhar com elas.

4- O que você acha do trabalho da escola?

R: O trabalho da escola é bom, eles recebem essas crianças, atendem na sala de recursos.

5- E quanto aos resultados?

R: Algumas crianças quando se descobrem o seu problema e os pais aceitam e buscam um tratamento que auxilia no seu desenvolvimento, os resultados se for feito um bom trabalho é significativo.

Nome: Josimar

Função: Professora

Instituição: Ciep 236

Tempo que trabalha com inclusão: 3 anos

Formação: -

1-O que você acha da inclusão?

R: A inclusão é algo interessante, pena que não estão todos preparados para isso, nem todo mundo aceita até mesmo dentro de casa, porque a inclusão tem que começar em casa pra depois ir pra fora. Porque os próprios pais e parentes não aceitam. Aqui na escola a gente vê o seguinte, que os ditos normais tem um certo carinho pelas crianças deficientes como cadeirante, criança de andador , que tem paralisia cerebral , eles são carinhosos e isso ajuda um pouquinho.

2- Você se sente preparada?

R: Eu acho que preparada ninguém está, isso vai no decorrer do tempo. Esse é o meu terceiro ano que trabalho com a inclusão.

3- Você busca recursos para trabalhar com essas crianças?

R: A escola oferece bastante capacitação, busco lendo e perguntando a pessoas que já estão a mais tempo na área. Participo de cursos aqui na escola e lá fora também. A própria direção também está sempre junto, apoiando e oferecendo ajudas que auxiliam no nosso trabalho.

4- O que você acha do trabalho da escola?

R: O trabalho da escola é bom, é interessante. Temos as classes especiais, as inclusivas e nós colaboramos não somente com alunos daqui dessa escola, mas também com os de outras escolas. Principalmente pelo Napes, que faz o acompanhamento em outras escolas, procurando ajudar as turmas que alunos com necessidades especiais. A escola busca colaborar com o possível para ajudar os alunos portadores de necessidades especiais.

5- E quanto aos resultados?

R: Os resultados são na maioria positivos, quando se tem ajuda dos pais, das próprias crianças na sala. Isso vai depender do grau de deficiência do aluno e os recursos que serão utilizados. E dos pais estarem envolvidos, um exemplo é de um aluno que é imperativo ao extremo, mas a família não aceita não faz um acompanhamento, e si os pais não colaborarem fica complicado. A escola faz o encaminhamento, chama o responsável, conversa, mas esse trabalho tem que conjunto para que tenha bons resultados.